

ITAIPIU BINACIONAL



Itaipu Binacional: investimento em hidrelétricas é uma das alternativas previstas no Plano Decenal

Crescimento pode levar país a novo apagão?

Especialistas e parlamentares advertem: devido a investimentos insuficientes na geração de energia, poderá haver déficit na oferta se o país voltar a crescer em ritmo acelerado. O governo nega e se diz preparado para o aumento de consumo com a implementação do Plano Decenal de Energia Elétrica. Apesar das divergências, parlamentares governistas e da oposição unem-se na preocupação com atrasos na construção de usinas e falta de recursos para cumprimento das metas do plano.

PÁGINAS 4 A 7

Turno integral para aluno do ensino fundamental

Comissão de Educação aprova jornada de oito horas para alunos do ensino fundamental. Se a mudança for

confirmada na Câmara, será preciso aumentar verbas para a educação. Experiências mostram o acerto da medida.

PÁGINAS 8 E 9

cidadania

Conheça as regras para a partilha de herança

O *Especial Cidadania* desta edição reúne informações sobre o direito de herança. Com a morte de um parente, a família tem obrigações legais previstas no Código Civil, quando o falecido deixa bens ou dívidas. Saiba quem é considerado herdeiro e quais as formas de divisão da herança.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 13

ACONTECEU NO SENADO

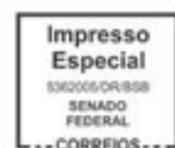
Página 15

Estimativa inicial para Orçamento 2007 não é suficiente

PÁGINA 3

Conselho de Ética retoma processos de cassação

PÁGINA 11



Semana dedicada à valorização da pessoa com deficiência

PÁGINA 2

ORÇAMENTO Reestimativa feita pelos técnicos assegura no máximo R\$ 5,5 bi, mas relator precisa de R\$ 10 bi

Falta dinheiro para fechar a conta

Ainda sem clareza sobre as medidas do pacote fiscal que deve ser baixado pelo governo e seus reflexos sobre o Orçamento de 2007, a primeira projeção quanto ao comportamento da arrecadação federal entregue ao senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pelos consultores legislativos indica um acréscimo na receita entre R\$ 5 bilhões e R\$ 5,5 bilhões. “Não está completo”, avisa Raupp.

Embora o valor esteja distante do montante esperado pelo relator para acomodar as emendas coletivas, o aumento nas emendas individuais de R\$ 5 milhões para R\$ 6 milhões (decidido na última segunda-feira na votação do parecer preliminar) e os ressarcimentos aos estados exportadores (Lei Kandir) – que somaria algo próximo a R\$ 10 bilhões –, existe algum espaço para melhorar essa estimativa inicial.

Ela não inclui, por exemplo, a nova previsão da chamada receita não-administrada, como *royalties*, concessões e dividendos pagos à União. Tampouco mostra a margem que poderá ser obtida nos gastos com a área da saúde, que são atualizados anualmente pelo crescimento nominal do produto interno bruto (PIB) do exercício anterior.

Como as previsões do mercado para 2006 indicam um aumento do PIB bem inferior aos 3,7% oficializados pelo Executivo na revisão dos parâmetros macroeconômicos enviados ao Congresso em 31 de outubro, as despesas com a saúde devem crescer menos do que está orçado no projeto de lei, segundo avaliação dos consultores de orçamento. Para reavaliar a arrecadação administrada pela Receita Federal, os consultores trabalharam, inclusive, com uma previsão de 3% para o PIB deste ano.

Apesar da cifra modesta diante dos pleitos que precisam ser negociados, Raupp pretende apresentá-la na terça-feira, durante a primeira reunião do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária. Será um ponto de partida. “Vou pedir que me ajudem a

encontrar mais recursos”, confidencia o relator-geral. A estratégia de Raupp e do presidente da Comissão de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG), foi exatamente escolher nomes influentes junto aos partidos para ocupar as relatorias setoriais e os comitês de assessoramento à relatoria geral, com o intuito de facilitar os acordos. (Ver matéria abaixo.)

Outra frente de negociação do relator será com o Executivo. Raupp solicitou encontro nesta semana com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo. E deve tentar, como anunciou na sexta-feira, uma reunião com o presidente Lula, se necessário.

Apesar da resistência da Fazenda, Raupp quer negociar a inclusão no pacote fiscal da correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Essa atualização seria

de 10%, dividida em duas vezes: 5% a partir de janeiro de 2007 e os outros 5% a partir do mesmo mês de 2008.

Os cálculos dos consultores indicam que esse reajuste provocaria renúncia fiscal, nos dois anos, de R\$ 1,546 bilhão para os cofres da União e outro R\$ 1,214 bilhão para estados e municípios.

A redução gradual da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de 0,38% para 0,08%, ao longo de oito anos, será outro assunto a ser debatido por Raupp com os ministros da área econômica. O relator anunciou no Plenário que já está recolhendo assinaturas para apresentar essa proposta de emenda à Constituição (PEC). E com uma novidade: a CPMF só começaria a ser reduzida a partir de 2008, mantendo a alíquota inalterada para o próximo exercício, como defende a Fazenda. Ela cairia para 0,3425% em 2008, decrescendo a alíquota 0,375 ponto percentual em cada um dos sete anos subsequentes, até chegar a 0,08%, que corresponde aos recursos que vão para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.



Raupp (E) participa de reunião da Comissão de Orçamento: em busca de novas fontes de receitas

Falta de informações sobre o pacote fiscal é uma das dificuldades

Gastar bem, a dica dos especialistas

Em meio ao debate sobre o que o país precisa fazer no segundo mandato do presidente Lula para impulsionar o crescimento da economia ao patamar de 5% ao ano, um grupo de especialistas, entre eles vários consultores do Senado e da Câmara, sugere medidas para melhorar a qualidade do gasto público e abrir espaço para um novo ciclo de expansão econômica. São 14 artigos com 91 sugestões reunidas em um livro que será lançado em Brasília nesta quarta-feira.

O livro, *Gasto público eficiente – Propostas para o desenvolvimento do Brasil*, coordenado pelo consultor do Senado Marcos Mendes, parte do pressuposto de que não há como crescer sem controlar os gastos correntes do governo (como pessoal, custeio da máquina e Previdência) em relação ao produto interno bruto. “Essas despesas precisam expandir em uma taxa bem inferior ao crescimento real do PIB. Por hipótese: aumento de gastos de 1% para uma variação real do PIB de 3%”, exemplifica Mendes. Mas o livro está longe de pregar o “Estado mínimo”.

Reconhece que, em uma sociedade tão desigual quanto a brasileira, são fundamentais as ações governamentais que busquem melhorar a distribuição da renda e das oportunidades. Só que o desafio, segundo Mendes, está em adotar medidas realmente eficazes, suficientes para quebrar os mecanismos que transformaram o Estado em um instrumento de concentração de renda e de privilégio dos que têm acesso aos recursos públicos.

Com prefácio do ex-ministro da Fazenda e ex-embaixador Rubens Ricúpero, a coletânea volta-se a aspectos microeconômicos e gerenciais do gasto público. São sugestões que podem resultar em menor carga tributária e ampliação do investimento público e induzir o aumento dos empreendimentos privados formais. A opção, segundo o consultor do Senado, foi contribuir para a discussão de outros temas, já que o debate sobre a redução dos dispêndios da União tem

tido centrado nos dois itens de maior peso: juros da dívida pública e Previdência Social, que juntos representaram 53% das despesas correntes do governo federal em 2005.

Embora não haja como escapar da discussão sobre a Previdência, “o maior problema fiscal do país”, na avaliação de Mendes – com um gasto para a União correspondente a 9,6% do PIB em 2005, que sobe para 12% do PIB se incluídas as despesas previdenciárias dos

estados e dos municípios –, o livro está focado no debate sobre os mecanismos de controle e de racionalização das despesas não financeiras e não previdenciárias do governo.

Esses gastos, pelo levantamento do consultor, cresceram 60% em termos reais entre 1995 e 2004, com um aumento real de 4,8% ao ano. Em 2005, atingiu a “significativa cifra de R\$ 245 bilhões”. No início do livro, há uma síntese das 91 medidas sugeridas ao longo da obra.

Despesa precisa crescer em taxa inferior à do PIB, recomenda consultor

Escolha de relatores pode agilizar acordos para votações

Os nomes escolhidos para as relatorias setoriais e os comitês que assessoram o relator-geral do Orçamento, Valdir Raupp, podem ajudar a acelerar a tramitação da proposta. “O esforço é para votar o Orçamento este ano”, ressaltou o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado, ao anunciar os parlamentares que irão cuidar das dez áreas temáticas. (Ver quadro ao lado.)

Para representar o PMDB, que permaneceu com a disputada relatoria de Infra-Estrutura, a de maior volume de investimentos, foi indicado Pedro Novais (MA).

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), articulador da bancada ruralista, estará à frente da relatoria de Agricultura e Desenvolvimento Agrário. O deputado Júlio Semeghini (PSDB-SP) ficou com a relatoria de Saúde.

A capacidade de negociação e a influência junto às bancadas também nortearam a formação do comitê encarregado de avaliar a receita federal. Um de seus integrantes é o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Também integram o comitê o deputado e futuro senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e Luiz Carreira (PFL-BA), ex-secretário de Planejamento da Bahia.

Quem é quem no Orçamento

Área temática	Relator setorial
Poderes do Estado	Senador João Ribeiro (PL-TO) Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)
Justiça e Defesa	Deputado Jaime Martins (PL-MG)
Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Alex Canziani (PTB-PR)
Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) Bloco da Minoria (PFL/PSDB)
Infra-Estrutura	Deputado Pedro Novais (PMDB-MA)
Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE)
Saúde	Deputado Júlio Semeghini (PSDB-SP)
Trabalho, Previdência e Assistência Social	Senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO)
Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG)
Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Eduardo Sciarra (PFL-PR)

ENERGIA Crescimento acelerado do país pode provocar déficit no suprimento de energia em 2009 ou em 2010

Especialistas apontam risco de apagão. Governo nega

A falta de chuvas, a crise do gás boliviano e uma forte retomada do desenvolvimento: dos três fatores que poderiam conspirar para que o país seja forçado a enfrentar um novo racionamento de energia nos próximos anos, o terceiro é justamente aquele que mais angústias traz, por seu caráter paradoxal. Se o país voltar a crescer em ritmo acelerado, o aumento na demanda poderia provocar um déficit no suprimento em 2009 ou 2010 (as previsões variam), pois os investimentos na geração de energia – segundo especialistas do setor e senadores da oposição – não têm sido suficientes. O governo, por seu lado, assegura que o risco de apagão não existe.

Para garantir a energia que o país precisa para crescer 5% ao ano, como prometeu após sua vitória o presidente Lula, as opiniões convergem para a conclusão de que são necessários entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões anuais em investimentos durante uma década. No papel, esta meta está plenamente atendida pelo Plano Decenal de Energia, apresentado pelo governo federal em março passado. Afinal, o projeto prevê investimentos de R\$ 74 bilhões de 2009 a 2015, suficientes para adicionar, mediante a construção de novas hidrelétricas e outras medidas, 40 mil megawatts (MW) ao parque gerador brasileiro, que hoje dispõe de 100 mil MW/hora.

Em termos reais, todavia, a situação é bem diferente. Empresa *holding* do setor, a Eletrobrás, que hoje responde por 60% da energia consumida no Brasil, in-

vestiu apenas R\$ 3,5 bilhões dos R\$ 4,6 bilhões projetados para 2005. Somadas as sete empresas por ela controladas – entre elas Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletronuclear – e os 50% que detém da Itaipu Binacional, a gigante estatal opera 51 mil quilômetros de linhas de transmissão (60% do total), 31 hidrelétricas, 16 termelétricas e duas usinas nucleares. Sem os seus recursos, portanto, não há como esperar investimentos no setor.

Neste ano, atrasos motivados por diversas razões (entre elas problemas de licenciamento ambiental) emperraram vários projetos, como as usinas de Foz do Chapecó (RS), Simplício (RJ/MG), Belo Monte (PA), Jirau e Santo Antonio (RO). Para se ter uma idéia, o Plano Decenal considera que somente as três últimas usinas citadas (nos rios Madeira e Xingu) deveriam responder, em 2015, por 10% da capacidade de geração do país.

O governo rebate as críticas e procura afastar os temores citando o sucesso dos chamados leilões de energia elétrica. O terceiro evento do ano, realizado em outubro, cobriu 99,6% nas necessidades de mercado por energia, declaradas pelas distribuidoras, para o ano de 2011. – É uma demonstração incontestável da eficiência do novo modelo do setor elétrico, que retoma o planejamento e nos permite garantir, com cinco anos de antecedência, o atendimento de todo o mercado das distribuidoras e afastar o risco de um novo racionamento – declarou à Agência Brasil o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

1.399

usinas

são capazes de gerar 98.352 megawatts, com dados de 2005

144

grandes hidrelétricas

produzem 67.882 megawatts/hora, com dados de 2005

70 bi

de reais

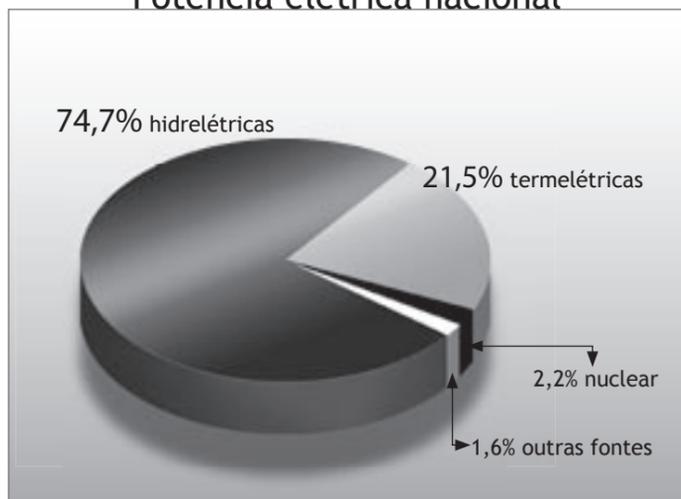
foi o faturamento do setor elétrico em 2005, segundo a Aneel

49,8

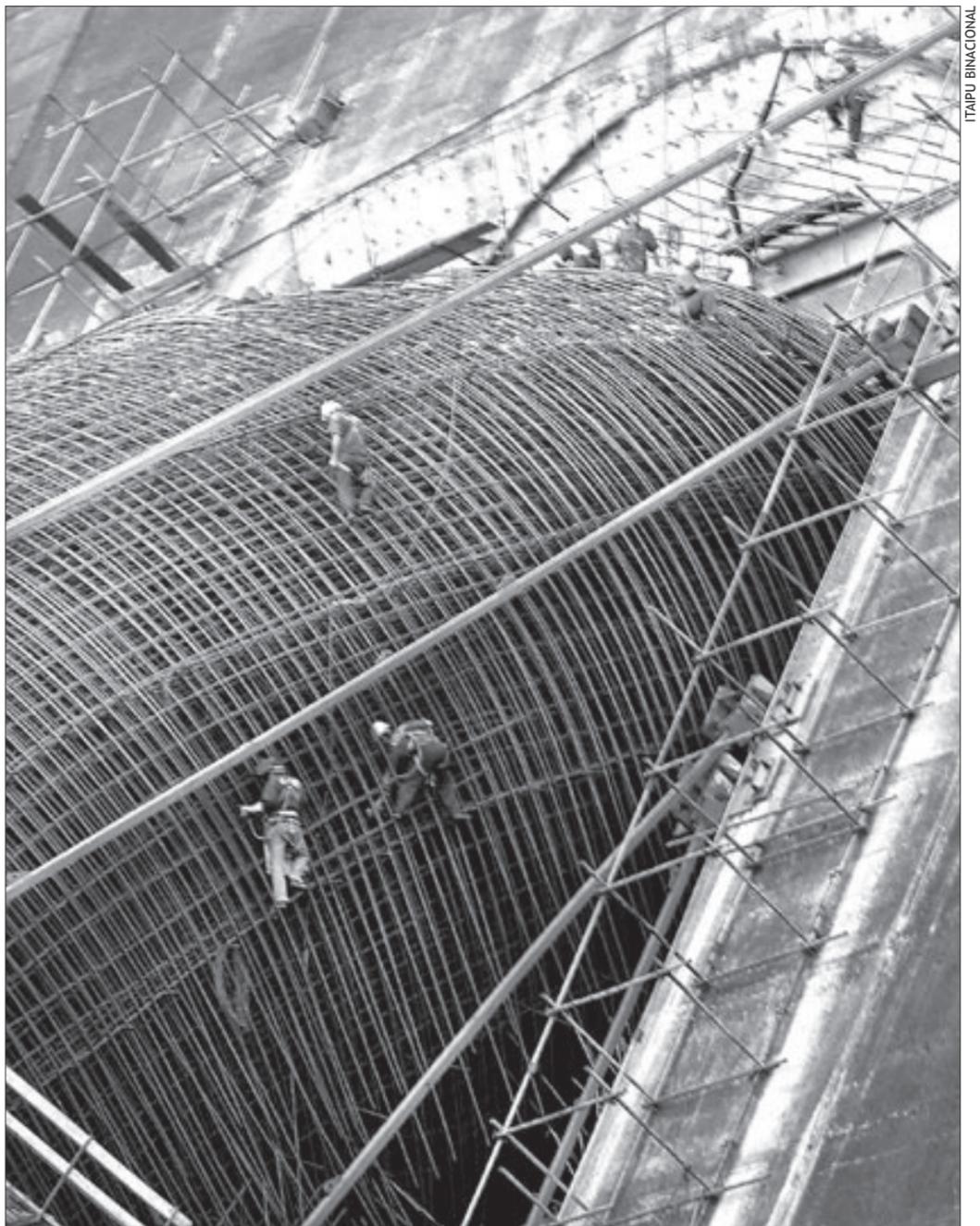
milhões de unidades

consumiram 28.977 GWh de energia elétrica só em agosto

Potência elétrica nacional



Fontes: Aneel, Empresa de Pesquisa Energética e Procel.



ITAIPU BINACIONAL

Para o governo, o sucesso dos leilões de energia elétrica demonstra a eficiência do modelo do setor

Problemas poderiam ocorrer logo

Ainda que a economia mantenha o atual (e modesto) ritmo de crescimento, em torno de 3,5% ao ano, e não sejam feitos investimentos emergenciais no setor elétrico, o Brasil pode sofrer um novo racionamento de energia já em 2008 ou em 2009. A despeito das negativas oficiais, esse é o alerta que vem sendo dado desde o início do ano por diversos especialistas do setor – do físico Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da Eletrobrás nos primeiros anos do governo Lula, ao diretor do Conselho Brasileiro de Infra-Estrutura e Energia (CBIE), Adriano Pires.

– Por mais paradoxal que seja, graças aos baixos crescimentos, o racionamento foi adiado para daqui a três anos. Se o país crescesse em torno de 5%, o apagão viria bem antes. O primeiro sinal de alerta foi dado em outubro com a falta de gás natural, impedindo a entrada em funcionamento de seis usinas térmicas. A necessidade foi suprida pelas hidrelétricas, gerando energia acima do recomendável. Os reservatórios estão em média pela metade, pois ainda não choveu o suficiente para assegurar tranquilidade – afirma o economista Décio Pizzato, que atua como consultor de cenários de econo-

mia contemporânea brasileira e escreve regularmente artigos sobre o tema para o Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Outro economista, César Augusto Gomes, responsabiliza os baixos investimentos pelo novo risco de racionamento.

– Nos últimos dez anos, os governos, nos três níveis, arrecadaram tributos na gigantesca quantia de R\$ 4,2 trilhões, equivalente a três PIBs de 2005. Dessa massa de recursos, estima-se que apenas 8% do total (R\$ 336 bilhões) foram investidos em infra-estrutura e energia, o que refletiu sensivelmente no baixo crescimento de nossa economia nos últimos tempos – escreveu Gomes em sua coluna no *Cofecon*.

A MCM Consultores Associados elaborou um estudo no mês passado, após a interrupção das atividades de várias termelétricas, provocada pela falta de gás. Na visão da consultoria, o problema será administrável em 2008, mas passará a ser particularmente mais delicado depois disso. Diz o estudo encomendado pelo Banco

Itaú que, no melhor cenário (considerando que as obras previstas no Plano Decenal de Energia realmente se concretizem), o risco de falta de energia facilmente atinge 5%, mesmo supondo desaceleração no ritmo de crescimento da demanda de gás.

– O cenário de demanda de energia parte de premissas relativamente conservadoras, como a de crescimento econômico médio inferior a 3,5%. Ou seja, pode-se dizer que o sistema opera no limite e que, mantidas as tendências atuais, o risco de apagão poderá resvalar em limites críticos nos próximos anos – afirma o estudo da MCM Consultores Associados.

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Engenharia Nuclear e secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o ex-presidente da Eletrobrás

Luiz Pinguelli Rosa é outra voz preocupada.

– Se a chuva for generosa, o tempo todo, e se houver novos investimentos a tempo, nós podemos atravessar o ano de 2010. Mas isso é contar só com a sorte. Não existe estabilidade permanente no sistema hídrico. Nós poderemos ter problemas em 2009 – declarou o físico em entrevista.

ENERGIA Sem a contribuição das usinas a gás, nível de segurança dos reservatórios nas hidrelétricas precisa ser maior



Ministério diz que só uma ausência de chuvas inédita na história provocaria chance de faltar energia

Para governo, temor é "grave distorção"

O Ministério de Minas e Energia considera "uma grave distorção" as especulações sobre a possibilidade de haver risco de déficit de 25% ou até 50% (como chegou a ser mencionado pela imprensa) no suprimento de energia no país em curto ou médio prazo.

Segundo nota do ministério, a chance de isso vir a ocorrer só existiria se o manancial hidrelétrico nacional (responsável por 85% do abastecimento de energia) enfrentasse uma ausência de chuvas inédita na história. O que ocorre hoje, segundo o ministério, é justamente o contrário.

– Os reservatórios de todas as regiões encontram-se em seus

níveis normais de armazenamento, sendo o maior deles (a região Sudeste/Centro-Oeste) com afluências 30% superiores à média de longo termo – justifica a nota, atribuindo "à efetiva retomada do planejamento do setor", inclusive com a criação pelo governo Lula do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o abastecimento regular do mercado de energia elétrica e a capacidade de antever "situações potenciais de crise".

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) trabalha com uma garantia de abastecimento de 95% – ou seja, risco máximo de 5% – levando em consideração todas as variáveis,

entre elas o regime de chuvas, que tem influência direta sobre os 85% da energia gerada por hidrelétricas. Os outros 15% do mercado são atendidos por usinas térmicas (gás, carvão, nuclear, óleo diesel, óleo combustível e biomassa) e eólicas.

Na nota oficial, citando relatório do Operador Nacional do Sistema (ONS), o ministério atribui os temores recentes a dificuldades "conjunturais" no suprimento de gás em setembro, que de todo modo se referem a apenas 3,9 mil megawatts em 53 mil MW médios de energia assegurada no parque gerador nacional – portanto, cerca de 7% da oferta total disponível.

Maneiras diferentes de ver os leilões

Em outubro, o governo federal promoveu o terceiro leilão de energia elétrica de novos empreendimentos de geração. No balanço oficial da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os resultados foram muito bons, tendo sido garantido o atendimento de 99,6% da demanda do mercado de energia elétrica para o ano de 2011, declarada pelas distribuidoras. No leilão, realizado pela internet, foram contratados 1.104 megawatts médios e o volume de negócios foi de R\$ 27,7 bilhões.

– É uma demonstração incontestável da eficiência do novo modelo do setor elétrico, que retoma o planejamento e nos permite garantir, com cinco anos de antecedência, o atendimento

de todo o mercado das distribuidoras. Assim, afastamos o risco de um novo racionamento – avaliou, após o leilão, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

O presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim, destacou o fato de que, em poucos países do mundo, as distribuidoras têm 99,6% do seu mercado atendido com cinco anos de antecedência.

– Isso está virando uma regra no Brasil, e dá muita tranquilidade ao investidor. O novo modelo está funcionando perfeitamente. O Brasil já está em 2011 – disse.

A visão do diretor do Conselho Brasileiro de Infra-Estrutura e Energia (CBIE), Adriano Pires, é bem diferente. Segundo escreveu em seu *blog* em O Globo Online, os baixos preços oferecidos no

leilão para a energia hídrica de novos projetos não incentivaram a participação de investidores privados e os lotes foram quase todos adquiridos por consórcios de empresas estatais ou com forte presença destas.

– A lógica dos leilões penaliza empreendimentos hídricos com tarifas populistas e incentiva usinas térmicas caras e caracterizadas por significativo impacto ambiental. O terceiro leilão não removeu as distorções e incertezas que impedem a maior participação do capital privado na expansão do parque de geração brasileiro – afirmou, destacando o fato de que, nos três leilões do ano, a participação das térmicas chegou a 57%, contra 43% das usinas hídricas.

Nível dos reservatórios é satisfatório, diz ONS

Para não ser pega de surpresa, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) determinou, no final do mês passado, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), uma revisão da "curva de aversão a risco" – um dos indicadores da possibilidade de racionamento de energia no país. O novo cenário deverá considerar a queda na oferta da energia gerada pelas usinas termelétricas, no caso de uma eventual falta de gás para funcionarem.

Criada em 2002, após a crise do primeiro apagão (2001), a curva representa a evolução, ao longo de um período de dois anos, dos requisitos mínimos de armazenamento de energia necessários ao atendimento pleno da carga, de cada um dos subsistemas regionais (Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul). Na curva, portanto, quanto maior o número da "aversão", melhor a situação dos reservatórios e da capacidade de energia armazenada.

Sem a contribuição das usinas a gás, o nível de segurança dos reservatórios nas usinas hidrelétricas precisará ser maior. Segundo os últimos números do ONS, datados de 16 de novembro, a capacidade de armazenamento dos reservatórios é de 43,92% no Sudeste/Centro-Oeste, 41,09% no Sul, 51,49% no Nordeste e 34,74% no Norte – "níveis normais", como assegura o organismo. No caso do Sudeste/Centro-Oeste, inclusive, os reservatórios teriam recebido "afluências 30% superiores à média".

No caso da região Sul, que enfrenta um problema causado pela falta de chuvas, o ONS realizou uma revisão da curva de risco em junho passado. O patamar mínimo de segurança para o Sul foi fixado em 13% na maioria dos meses. Na nova curva, o índice eleva-se para 19% em outubro e 23% em novembro deste ano, para depois voltar a cair e se estabilizar em 13% a partir de

Necessidade de racionalizar o consumo e buscar opções

Embora não acredite que a situação atual "fatalmente" venha a apresentar uma evolução semelhante à da crise energética de 2000/2001, o diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética (Inee), Pietro Erber, mesmo lembrando recentes medidas que considera positivas, vê fatores para preocupação.

– Diversos projetos de expansão da capacidade hidrelétrica estão atrasados ou mesmo não foram iniciados. Boa parte das usinas a gás natural não pode operar por falta de combustível. O suprimento de gás e de energia elétrica contratado com fornecedores argentinos não está disponível e dificilmente voltará à normalidade até 2010.

Erber sugere que o Ministério de Minas e Energia estabeleça um plano de contingência que estabeleça prioridades de curto e médio prazo, com medidas objetivas, em especial para racionalizar o consumo e buscar novas formas de energia.

– Medidas de aumento da eficiência energética, que reduzam desperdícios ou que levem à substituição racional do emprego da energia elétrica por outra modalidade de energia, terão a vantagem de ter efeito perma-

nente e não prejudicar o desenvolvimento da economia.

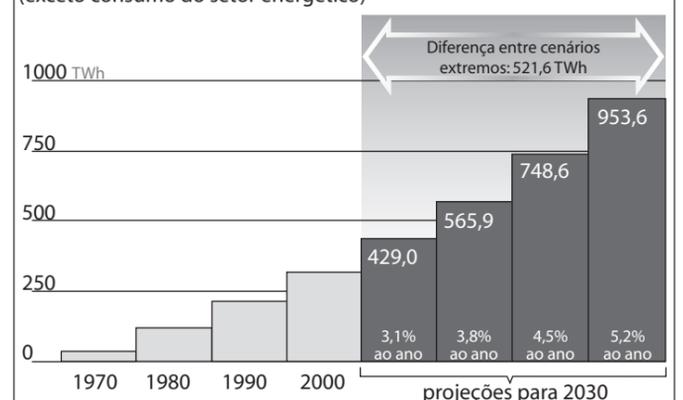
Uma das ações imediatas seria, para o diretor do Inee, acelerar a regulamentação e aplicação da Lei de Eficiência Energética, de 2000, que, entre outras medidas, obriga as concessionárias e permissionárias de energia elétrica a destinar pelo menos 0,5% de sua receita operacional líquida a pesquisa e desenvolvimento e a programas de eficiência energética.

A eficiência envolve medidas que vão desde adequações nos aparelhos eletrodomésticos até o melhor uso, pela construção civil e a arquitetura, da iluminação e da ventilação naturais, que podem reduzir o consumo. Exemplo disso foi, após a crise do primeiro apagão, o incentivo à aquisição de lâmpadas eletrônicas (fluorescentes) em substituição às incandescentes.

– Seria desejável financiar e exigir a instalação de aquecimento solar em novos prédios, com exceção, possivelmente, daqueles das regiões mais quentes, bem como para reduzir perdas, por vazamento, nas canalizações de água, cujas instalações de suprimento são grandes consumidores de energia elétrica.

Possíveis cenários de consumo em 2030, a partir da variação do PIB

(exceto consumo do setor energético)



ENERGIA Parlamentares de oposição reforçam advertência de especialistas quanto a risco de colapso energético

Senadores alertam para possibilidade de racionamento

Várias indicações têm sido dadas de que é real a possibilidade de racionamento de energia nos próximos anos no país – no Nordeste em primeiro lugar e já em 2008. Essa é a opinião do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ex-ministro de Minas e Energia e um dos maiores conhecedores do tema no Congresso Nacional.

Para ele, mais do que especular sobre as chuvas, é preciso fazer uma análise simples e clara da questão, com base em dois elementos: o efetivo funcionamento das termelétricas prometidas pelo governo federal e a construção ou não, no prazo previsto, das novas usinas hidrelétricas.

– O governo tinha projetado a operação de diversas usinas de

fornecimento de energia térmica a gás, que seriam transformadas em bicompostíveis, para funcionar a gás ou a óleo. Não se sabe se isso realmente ocorre, mas uma certeza se tem: não vai ter gás para elas operarem, a não ser que ocorra uma quebra de contrato e o gás seja retirado das indústrias – afirmou Tourinho.

O segundo ponto, observou, é a previsão do governo de colocar em operação, dentro de apenas quatro anos, usinas hidrelétricas que seriam construídas por empresas estatais, que já foram licitadas mas ainda não saíram do papel, por causa, entre outras, de restrições ambientais.

– Lembro-me de poucas usinas concluídas em prazo tão curto, mas todas pelo capital privado,

como Lajeado, no rio Tocantins – destacou o senador, que disse não acreditar no Plano Decenal de Energia (2006-2015), lançado pelo governo federal em março, pois faltariam as fontes de recursos para cumprir as metas programadas.

O senador José Jorge (PFL-PE) lembra os constantes alertas de especialistas sobre uma possível crise no setor energético em 2010, que, acredita, será bem mais grave que a enfrentada no período em que foi ministro de Minas e Energia, em 2001. Ele repele a expressão “apagão”, lembrando que não houve falta de energia, mas apenas o risco de que ela ocorresse, o que foi evitado com



MOREIRA MARIZ



CÉLIO AZEVEDO

Tourinho diz que governo não indica fontes de recursos para cumprir metas para o setor. Para José Jorge, país pode enfrentar crise pior que a de 2001

medidas de racionamento.

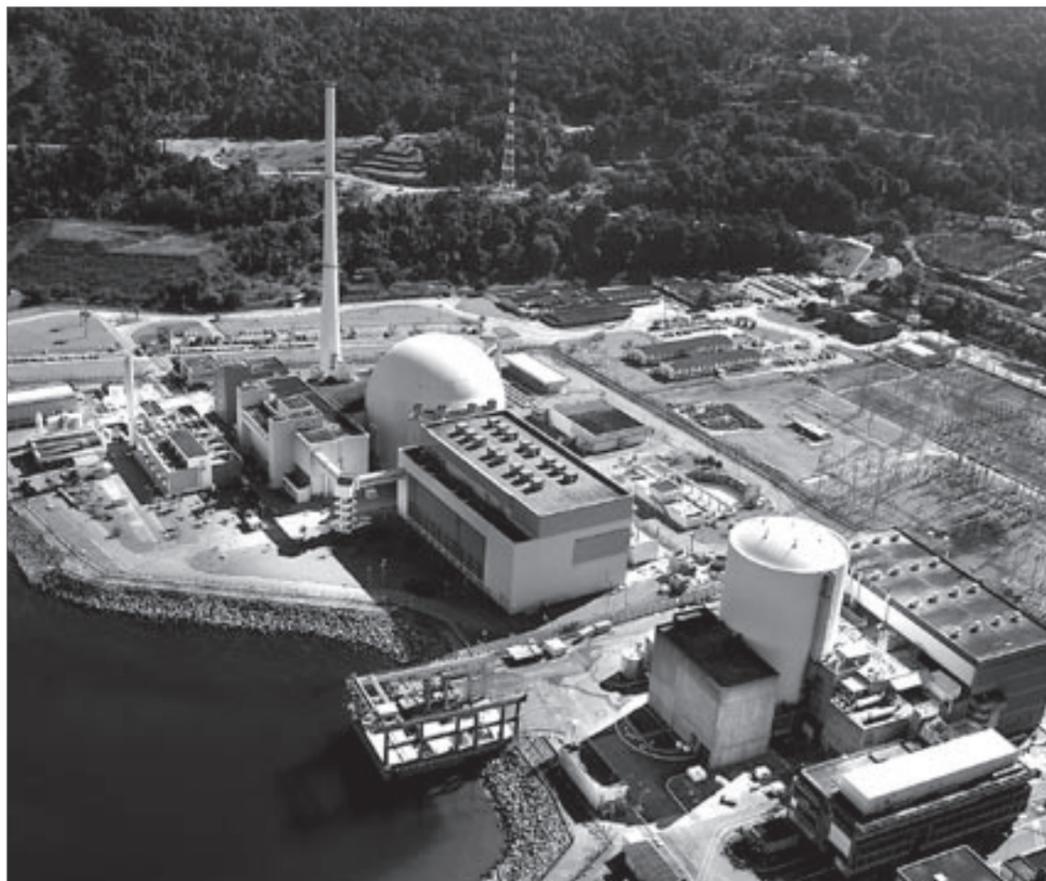
– A situação foi gravíssima, mas conseguimos superar e tivemos energia suficiente para suprir o país até hoje – explicou.

Desde então, disse, os investimentos não foram realizados pela administração petista e não há nenhuma obra em andamento para prevenir o caos. Como prova, ele recorda que o saldo de energia existente hoje é o mesmo que havia no dia em que o presidente Lula assumiu.

– Os leilões foram mínimos.

Temos que implantar cerca de 3 mil megawatts por ano, mas só 890 megawatts foram leiloados no governo Lula. Daqui a alguns anos, passaremos por uma situação mais grave que a de 2001 – advertiu.

José Jorge vê como sinal da crise o fato de os reservatórios do Sudeste estarem cheios e os do Sul não. Ele informa que, como o sistema é unificado, cerca de 70% do consumo do Sul estão sendo transferidos do Sudeste, o que coloca essa região em risco.



ELETRONUCLEAR

Após a construção de Angra 2, planos de novos investimentos na geração de energia nuclear estavam paralisados. O baixo custo da tarifa para geração de energia motiva a retomada

Projeto de construção da usina de Angra 3 poderá ser reativado

Os planos do país de voltar a investir na geração de energia nuclear estavam paralisados desde 2000, após a conclusão da usina de Angra 2. Agora, porém, o discurso é diferente. O governo já manifestou, por meio de diversos integrantes, a disposição de construir Angra 3, para o qual a Eletrobrás Termonuclear prevê investimentos de R\$ 7 bilhões.

A decisão ainda precisa ser ratificada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), mas o presidente da Eletrobrás, Aloísio Vasconcelos, e a ministra-chefe da Casa Civil (e ex-ministra de

Minas e Energia), Dilma Rousseff, são fortes defensores do projeto dentro do governo.

O principal atrativo para a retomada do projeto Angra 3, de acordo com a Eletrobrás Termonuclear, é o baixo custo da tarifa para geração de energia (R\$ 138,14), se comparada com outros projetos, em especial das termelétricas – no mais recente leilão de energia promovido pelo governo, o preço da tarifa para as termelétricas foi de R\$ 137,44.

Além de contar com a participação de investidores privados, os recursos viriam da própria Eletrobrás (que

empregaria dinheiro do caixa de várias de suas empresas controladas, como Furnas e Chesf) e da receita da tarifa de energia elétrica.

A usina de Angra 1 gera 657 megawatts, pouco menos da metade da capacidade de sua similar mais nova, Angra 2 (1.350 MW). A terceira unidade de energia nuclear brasileira teria essa mesma capacidade. Para se fazer uma comparação, as maiores hidrelétricas nacionais são muito mais potentes em termos de geração: Itaipu (6.300 MW), Tucuruí (4.001 MW), Ilha Solteira (3.444 MW) e Paulo Afonso (3.462 MW).

Governo quer investir US\$ 40 bilhões até 2015

Para enfrentar um projetado crescimento de 65,33% no consumo de energia no país até 2015, o Plano Decenal, lançado em março pelo governo, prevê investimentos de US\$ 40 bilhões (cerca de R\$ 87 bilhões). Nas estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o país viveria um cenário em que a demanda por energia cresceria em média 5,2% ao ano e o produto interno bruto (PIB) 4,2% ao ano – meta inferior, portanto, ao imaginado pelo presidente Lula.

O parque gerador teria que crescer 4 mil MW nos primeiros anos, aumentando o ritmo para 5,5 mil MW na reta final, alcançando, em 2015, a capacidade instalada de 140 mil MW, contra cerca de 100 mil MW verificados no ano passado.

O plano conta ainda com um crescimento da geração nacional, além da importação de energia da Argentina (gás) e da compra da parcela paraguaia de geração de Itaipu. Para atender às metas, novas usinas deverão estar em operação nos próximos anos, como a primeira etapa da usina de Belo Monte (5,5 mil MW), no Pará, e do complexo do rio Madeira (6,45 mil MW), todas até 2011. A implantação da usina nuclear Angra 3 entraria em operação em 2013.

Em relação à transmissão de energia, o Plano Decenal reserva cerca da metade dos investimentos (R\$ 40,7 bilhões) para a inclusão de sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional e para a construção de 60 mil quilômetros de novas linhas.

Atraso preocupa Jefferson, Borges, Raupp e Motta

Integrante da bancada de apoio ao governo, Valdir Raupp (PMDB-RO) alertou, em discurso, para o risco de atraso nas obras previstas no Plano Decenal de Energia Elétrica, entre as quais as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia. Raupp afirmou que o aumento de 4,6% no consumo de energia elétrica em 2005 em relação ao ano anterior mostra que o país precisa de um conjunto alternativo de usinas para atender ao crescimento da demanda.

O Plano Decenal prevê que as duas usinas em Rondônia, juntamente com a hidrelétrica Belo Monte e Angra 3, seriam responsáveis por um terço da capacidade a ser incrementada até 2015, lembrou Raupp.

– Para nós, brasileiros, que

enfrentamos um racionamento há apenas cinco anos, a possibilidade de um desabastecimento de energia não é uma vaga ameaça – afirmou.

César Borges (PFL-BA) acusou o governo Lula de ser negligente com o setor e estimou uma crise que poderá levar o país a um novo apagão até 2010. Para o parlamentar, o Brasil deixou de avançar na oferta de energia nova em função da falta de investimentos.

Jefferson Péres (PDT-AM) avalia que o novo modelo para o setor energético aprovado pelo Congresso em 2004 não garantiu os investimentos para atrair empresas privadas. Para João Batista Motta (PSDB-ES), o Brasil só não enfrenta um apagão porque não cresceu o esperado nos últimos quatro anos.

CRESCIMENTO Senadores apresentam, em pronunciamentos no Plenário, suas idéias para desenvolver o país

Ipea desmente previsão de Lula, afirma Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou, em discurso na terça-feira, que não há consistência no anúncio feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o “grande mote” de seu segundo mandato será o crescimento econômico. O senador salientou que o presidente foi desmentido, na segunda-feira, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento, que demonstrou que não existem condições econômicas reais que permitam um crescimento de 5% do produto interno bruto (PIB) em 2007, como foi anunciado.

Alvaro Dias lembrou que, na avaliação do Ipea, entraves como o risco de “apagão elétrico”, gargalos na infra-estrutura, especialmente no corredor de exportação, e investimentos públicos e privados insuficientes, entre outros, só permitiriam ao país crescer a taxas de 5% ao ano a partir de 2017.

O senador criticou o ministro da Fazenda, Guido Mantega,

por contestar o Ipea, mas não apontar as condições em que se daria tal crescimento. Da mesma forma, o parlamentar criticou o que chamou de “discurso vazio” de Lula, que, ao falar sobre crescimento econômico, diz apenas “você não vê”, sem apresentar uma lista de prioridades, como redução da carga tributária e estabelecimento de marcos regulatórios que proporcionem segurança jurídica para atrair investimentos privados.



Alvaro critica presidente por não apresentar uma lista de prioridades

Agripino: meta de 5% só seria alcançada em 2017

O líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN), destacou, em discurso na terça-feira, estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que desmente a previsão feita pelo presidente Lula de que o país crescerá 5% nos próximos anos. O estudo, salientou o senador, demonstra ser impossível um crescimento econômico nesse patamar antes de 2017.

Agripino acrescentou que um crescimento de 5% só acontecerá depois de grandes investimentos na infra-estrutura e na produção nacional, criando-se condições na micro e na macroeconomia para que a produção possa circular.

Na opinião do senador, apenas com planejamento e investimentos a longo prazo na geração de energia elétrica o país poderia pleitear um crescimento nesse nível. Para ele, o

marco regulatório que o governo Lula instituiu para o setor energético brasileiro inibiu os investimentos privados na geração de energia.

– Falar em crescimento de 5% significa falar em apagão, em restrição de energia elétrica, porque não se tomou a providência para fazer os investimentos; pelo contrário, impediram-se os investimentos por um marco regulatório. Não se produz energia elétrica investindo agora para colher amanhã. Produz-se investindo cinco anos atrás para colher à frente – sentenciou.

Outros motivos também impedem um crescimento nesse patamar, assinalou Agripino, como as elevadas taxas de juros praticadas no país e o peso da carga tributária. As altas taxas de juros, ressaltou, inibem o consumo interno e os investimentos em produção.

Raupp defende PPPs para viabilizar investimentos

Ao avaliar que a falta de recursos no Orçamento da União para infra-estrutura compromete a retomada do desenvolvimento econômico e social do país, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu as parcerias público-privadas (PPPs) como solução para viabilizar mais investimentos no setor.

– Não podemos esquecer que a economia brasileira não tem mais condições de esperar a retomada do crescimento. São portos, rodovias, usinas, hidrelétricas, gasodutos, entre outros empreendimentos, que precisam ser construídos, ampliados,

reformados e modernizados. As PPPs são a melhor alternativa para esses investimentos.

Raupp lembrou que, embora a lei que institui normas gerais para licitação e contratação de PPPs entre empresas e governo federal já vigore desde 2004, entraves burocráticos e políticos, assim como a falta de definição de reais garantias das obrigações pecuniárias por parte do governo impedem o pleno funcionamento da modalidade.

Os senadores Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e Romeu Tuma (PFL-SP) também defenderam o uso das PPPs.

Delcídio: PIB só vai crescer com reformas

De volta ao Plenário, após ter se licenciado para disputar o governo de Mato Grosso do Sul, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) fez na quinta-feira uma análise do cenário econômico e político do país, afirmando que o Brasil precisa de reformas profundas para alcançar o crescimento de 5% ao ano, almejado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como meta de seu segundo mandato.

Na avaliação de Delcídio, para atingir esse objetivo é necessário em primeiro lugar que o PT reconheça com humildade os erros cometidos pelo partido e os corrija, para que possa ampliar sua base e garantir a governabilidade. Segundo ele, é ainda imperativa a aprovação de reformas profundas, entre outras, a previdenciária, a tributária e a trabalhista, além de um arcabouço legal que regulamente a prestação de serviços públicos, dando garantias reais aos investi-

dores. Também chamou a atenção para a falta de investimentos em infra-estrutura.

– Precisamos de uma visão ampla, ecumênica, dos problemas brasileiros. Não adianta mais tapar o sol com a peneira: temos de discutir a economia, avançar nas reformas e aprimorar o embasamento jurídico. Precisamos virar essa página e fazer com que o Brasil cresça – disse.

No entendimento do senador, o governo federal deve ser voltado para todos: aos menos favorecidos, à classe média e à elite, que não deve ser tratada de forma pejorativa.

Delcídio Amaral ainda avaliou positivamente seu desempenho na campanha para o governo de Mato Grosso do Sul e enalteceu a atuação, durante sua licença, do seu suplente no Senado, Antônio João Hugo Rodrigues. Também



Delcídio Amaral: “PT deve reconhecer e corrigir os erros cometidos pelo partido”

registrou homenagem aprovada pelo Senado por meio de requerimento de sua autoria ao compositor Mário Zan, falecido aos 86 anos no último dia 8.

Apoiaram o pronunciamento de Delcídio Amaral os senadores Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Proposta de Suplicy para desenvolvimento

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem todas as condições de conduzir o país a um processo de crescimento compatível com o potencial da economia brasileira e as esperanças da população, fazendo jus à sua promessa de que o nome do seu segundo mandato será desenvolvimento.” A afirmação foi feita pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que enumerou uma série de sugestões visando a um crescimento mais expressivo da economia.

Conforme o senador, há espaço para o governo utilizar os

instrumentos básicos da política econômica (a política fiscal, a política de moeda e de crédito, a política cambial e a política de comércio exterior) na busca de um maior desenvolvimento para o país. Ele acrescentou que é possível conciliar crescimento com a preservação do que já foi conquistado até agora no combate à inflação.

O estímulo ao crescimento, segundo Suplicy, depende mais, na atual conjuntura, de uma mudança na política monetária do que na política fiscal. Ele

observou que parece estar havendo um excesso de restrição de dinheiro e de crédito que está prejudicando a economia. O senador destacou que a taxa básica de juros fixada pelo Banco Central continua elevada, apesar das recentes diminuições.

– O ritmo da diminuição da taxa básica de juros poderia ser acelerado para que, ao longo do próximo ano, a taxa real de curto prazo praticada no Brasil se aproxime das que se observam no resto do mundo – assinalou Eduardo Suplicy.

Ideli destaca distribuição de renda

Ao destacar que o Brasil foi elevado no Relatório do Desenvolvimento Humano 2006, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), à categoria de “exemplo de melhoria na distribuição de renda”, Ideli Salvatti (PT-SC) disse que o resultado demonstra que o governo Lula “está no caminho certo” ao apostar no crescimento da economia com distribuição de renda. No relatório de 2005, o Brasil foi classificado como “referência de desigualdade”.

Atualmente o Brasil é o décimo mais desigual numa lista de 126 países e territórios, à frente de Colômbia, Bolívia, Haiti e cinco países da África subsaariana. Os avanços retiraram o país da penúltima posição no ranking de distribuição de renda da América Latina. No último relatório somente a Guatemala estava em situação pior.

Ideli registrou que o programa Bolsa Família foi um dos responsáveis pelos avanços do Brasil.

A senadora esclareceu ainda que, apesar de o país ter recuado uma posição no ranking mundial de desenvolvimento humano (caiu de 68º para 69º numa lista de 177 países), seu IDH melhorou entre 2003 e 2004. Ela explicou que o motivo da queda foi o fato de indicadores e metodologias terem sido revisados. Mesmo assim, o IDH brasileiro cresceu de 0,788 para 0,792.

Em apartes, Eduardo Suplicy (PT-SP) antecipou que o Brasil melhorará os números do IDH quando forem computados os anos de 2005 e 2006. Flávio Arns (PT-PR) sugeriu amplo debate visando acelerar o crescimento da economia e a distribuição de renda. Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu mais recursos para a educação.

Serys quer revisão na meta de superávit

Mesmo concordando com a afirmação do presidente Lula de que o momento econômico brasileiro não permite aventuras, invencionices ou choques, Serys Shessarenko (PT-MT) disse que tampouco o governo deve admitir conservadorismo. Nesse sentido, ela declarou que não é mais possível aceitar o que

classificou de “absurda meta de superávit primário”.

Conforme a senadora, o primeiro passo para a estruturação da nova equipe que ajudará o presidente Lula a governar durante os próximos quatro anos é escolher nomes comprometidos com as grandes causas do país. Ela elogiou pronunciamento feito

recentemente pela líder do seu partido no Senado, Ideli Salvatti (SC), que cobrou do presidente mais atenção para com os senadores e mais espaço para o PT no governo.

– Após a reunião da bancada, nossa líder Ideli apenas externou o clima que tomou conta dos senadores e senadoras do PT.

EDUCAÇÃO Projeto que aumenta horas diárias de ensino para crianças é aprovado pelo Senado e deve ir à Câmara



WALDEMAR RODRIGUES

Escola pública de ensino fundamental no Distrito Federal: ampliação do turno para oito horas eleva tempo em sala de aula, alimentação e atividades esportivas para crianças

Ensino pode adotar turno de oito horas

Empregado na maioria dos países desenvolvidos, o turno integral de oito horas diárias poderá ser adotado no ensino fundamental brasileiro – cuja jornada escolar hoje, na maioria dos locais, é de pouco mais de quatro horas –, conforme projeto do senador Marcos Guerra (PSDB-ES) aprovado por unanimidade na Comissão de Educação (CE) do Senado, na terça-feira passada. O projeto foi aprovado em caráter terminativo e, caso não haja recurso ao Plenário, seguirá direto para a Câmara.

A proposta (PLS 234/06) institui o turno integral ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96 –, dando prazo de cinco anos para que estados e municípios se ajustem à exigência. O projeto prevê que, na jornada de oito horas, as crianças passem cinco horas em sala de aula. O restante seria dividido

entre refeições e atividades extraclasse, incluindo oficinas de arte, práticas esportivas e auxílio pedagógico.

A jornada média no ensino fundamental brasileiro hoje é de apenas 4,3 horas/aula, de acordo com números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). E apenas 8% dos 33,5 milhões de alunos matriculados em 2005 frequentaram jornadas escolares com duração superior a cinco horas.

– O mérito do projeto é indiscutível, pois estamos convictos de que apenas por meio de ações arrojadas no campo da educação básica será possível combater as seculares injustiças sociais de nosso país e levá-lo a um novo patamar em seu desenvolvimen-

to – disse o relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Marcos Guerra observou que a proposta contribuirá para “retirar os meninos das ruas” e colocá-los nas salas de aula. Já o senador Marco Maciel (PFL-PE) considerou “um avanço” a aprovação do projeto, pois, com a implantação do ensino em tempo integral, o Brasil estaria “seguindo as pegadas de países que hoje estão no Primeiro Mundo”.

A atual carga obrigatória mínima fixada pela LDB é de 800 horas por ano, mas a lei prevê sua ampliação gradativa. Pelo proposta de Marcos Guerra, a carga passaria para 1.400 horas, sendo pelo menos mil delas destinadas a trabalhos em sala de aula.

Carga horária das escolas subiria de 800 para 1.400 horas por ano

Cristovam cobra gasto maior com educação

Se o projeto que institui a jornada de tempo integral no ensino fundamental for definitivamente aprovado no Congresso, precisará ainda contar com a generosidade do governo federal na liberação dos recursos. O relator da matéria, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), avaliou que seriam necessários R\$ 20 bilhões por ano, além do que já é investido hoje, para alcançar os objetivos propostos, conforme publicou o jornal *O Estado de S. Paulo*.

– É apenas 50% a mais do que se investe hoje. Tem que ser assim ou não se faz – defendeu o senador. Se em cinco anos não se consegue, então o presidente [Lula] pede desculpa. Não se pode é ficar alongando a coisa para ele comemorar o pouco que fez.

Ao contrário do que propõe Cristovam, os investimentos em educação caíram no governo Lula. O setor recebeu R\$ 31,5 bilhões do Orçamento da União no ano passado, equivalentes a 1,63% do produto interno bruto (PIB), de acordo com dados oficiais. Para comparar, nos últimos três anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, o gasto em educação se manteve no patamar de 1,73% do PIB.

Cristovam disse ao **Jornal do Senado** que acha um absurdo os secretários municipais e estaduais de Educação afirmarem que não há dinheiro no Orçamento para o ensino em tempo integral, como fez recentemente a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Maria Pilar Almeida e Silva.

– O secretário de Educação tem que pedir dinheiro para fazer e não dizer que não tem dinheiro – ressaltou.

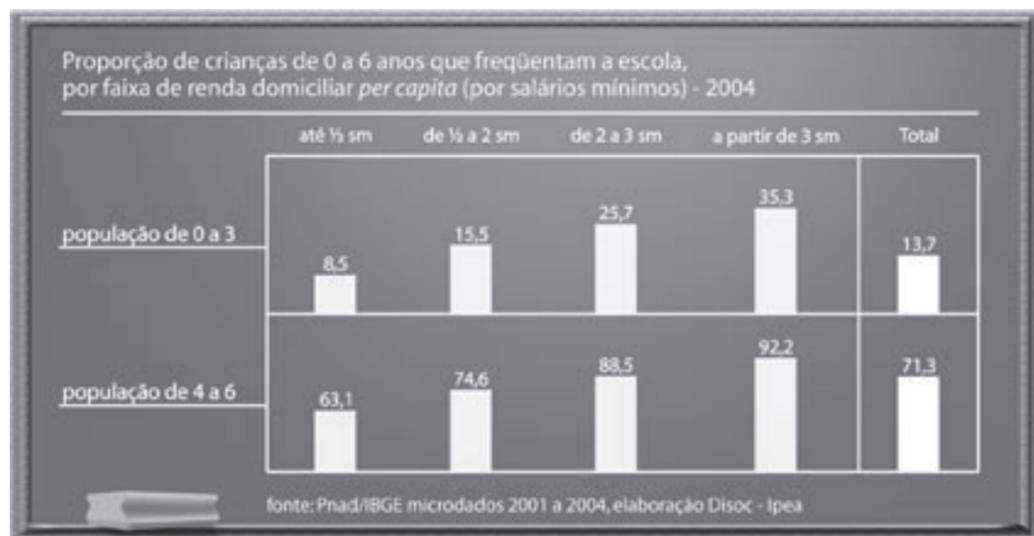
O senador também destacou que não acredita na boa vontade do governo Lula para liberar recursos para o ensino em tempo integral

– Essa matéria estava parada no Planalto desde 2003, quando eu era ministro da Educação. A iniciativa teve que partir do Congresso – frisou Cristovam.

IDH estagnado nos números da educação

A estagnação dos investimentos dos últimos anos talvez explique, pelo menos em parte, o impacto negativo que o quesito educação exerceu sobre a colocação do Brasil no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Entre 2003 e 2004, o Brasil passou da 68ª para a 69ª colocação.

O IDH leva em conta a expectativa de vida, a alfabetização de adultos, a taxa de matrículas e a renda *per capita*. No indicador de PIB *per capita*, o Brasil chegou a apresentar um aumento de cerca de 3,1%, passando a US\$ 8.195 (em torno de R\$ 17.529) em 2004. O Brasil melhorou também na expectativa de vida (de 70,5 anos para 70,8 anos). Mas os números do Índice de Desenvolvimento Humano do país ficaram estagnados no que diz respeito à taxa de alfabetização (88,6%) e à taxa de matrícula (85,7%).



EDUCAÇÃO Apenas 8% dos 33,5 milhões de alunos frequentam turnos escolares com duração superior a cinco horas

“Turno integral dá salto de qualidade”

Se há quem torça o nariz para a adoção do ensino em tempo integral, por causa dos altos investimentos necessários, poucos são os que duvidam da necessidade de uma carga horária maior no ensino como forma de alavancar a formação dos alunos brasileiros.

– Não existe educação em turno único. No mundo inteiro, as escolas oferecem dois turnos, e nós estamos ficando para trás. Se não fizer isso, o Brasil acaba como nação – disse o relator do projeto, Cristovam Buarque (PT-DF), ao **Jornal do Senado**.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, já sinalizava a necessidade de ministrar o ensino em jornada integral, defendendo “esforços para a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para esse regime”, conforme notou Marcos Guerra na justificativa de seu projeto que instituiu o ensino em tempo integral.

Cinco anos após a LDB, o Plano Nacional de Educação incluiu, en-



Cristovam: o mundo inteiro oferece ensino em dois turnos, e o Brasil está ficando para trás



Guerra: regime integral contribui até para reduzir violência e envolvimento de jovens com o crime

tre as metas para o ensino obrigatório, a ampliação progressiva da jornada escolar para pelo menos sete horas diárias.

Mas, ainda hoje, o país avançou pouco rumo a essa meta. Segundo dados do Inep, dos cerca de 33,5 milhões de alunos do ensino fundamental matriculados em 2005, apenas 2,6 milhões – 8% do total – frequentavam turnos escolares com mais de cinco horas.

Além de proporcionar benefícios pedagógicos, como as atividades de reforço e acompanhamento

escolar, o ensino integral pretende funcionar como um mecanismo capaz de contribuir para a inclusão social e o acesso das crianças mais carentes a atividades artísticas, culturais e esportivas.

– O regime integral poderia contribuir para diminuir o envolvimento juvenil com atividades ilícitas, na medida em que canalizaria as energias das crianças e dos adolescentes para atividades enriquecedoras, sob a supervisão da escola, aumentando sua autoestima e seu aprendizado – disse

Marcos Guerra.

Cristovam lembrou que, no caso das crianças oriundas das famílias de alto poder aquisitivo, a jornada escolar já é complementada por atividades adicionais, como aulas de idiomas e atividades esportivas. Mas as crianças pobres, justamente as que mais precisam de assistência do Estado, “passam boa parte do seu dia nas ruas, à mercê da violência, ou trancadas em casa, na frente da TV”.

Uma vez implantado no ensino fundamental obrigatório, que já

é universalizado, o turno integral poderia ser estendido para as outras etapas da educação básica, como a educação infantil, conforme previsão de Marcos Guerra.

É claro que a adoção do ensino integral, para ser bem-feita, depende de uma série de fatores. Em primeiro lugar, serão necessários investimentos vultosos em infra-estrutura e reaparelhamento das escolas (R\$ 20 bilhões a mais por ano, de acordo com Cristovam). Em segundo, porém não menos importante, é preciso investir nos professores. Não só na quantidade, mas especialmente na preparação deles para a missão de dar aos alunos um ensino que deve ir além da Matemática e de Português – tem de abranger todos os aspectos da formação da pessoa.

– A proposta do ensino integral é interessante – diz Jorge Abrahão de Castro, coordenador da área de educação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acrescentando ser preciso saber como isso será feito e quem vai pagar a conta.

Experiências por todo o país dão bons resultados

Iniciativas espalhadas pelo Brasil, apesar de isoladas, dão uma amostra do impacto positivo que o ensino em tempo integral pode ter se for bem empregado.

Na cidade de Apucarana, no norte do Paraná, por exemplo, as escolas municipais oferecem aulas da manhã até o fim da tarde, com direito a dois lanches e almoço; assistência médica; 33 tipos de atividades extracurriculares (como xadrez, música e até origami); programas de estímulo ao empreendedorismo mesmo para as crianças da 1ª série.

Isso talvez ajude a explicar por que Apucarana está no topo da lista das cidades com melhor sistema de ensino, de acordo com avaliação do Ministério da Educação, conforme escreveu o jornalista Gilberto Dimenstein na *Folha de S. Paulo*.

O custo mensal de um aluno em Apucarana é de R\$ 180. Valor que só foi atingido porque os gestores municipais “montaram quebra-cabeça” unindo as diferentes esferas da prefeitura. Dividiu-se a cidade em regiões, cada qual gerida por núcleo que agrega lideranças comunitárias e poder público; cada núcleo se reúne numa escola.

O Sesi e o Senai, por exemplo, instalaram classes de orientação profissional nas escolas. Como se concentra na cidade uma cadeia produtiva têxtil, os estudantes são convidados a trabalhar na produção de roupas. Se um pai de aluno estiver sem dinheiro, será convidado a trabalhar em uma horta comunitária, o que lhe garantirá, além dos recursos federais do Bolsa Família, uma cesta básica.

Também graças a uma articulação, principalmente com empresários, 13 escolas de ensino médio

em Pernambuco adotam o turno integral, em caráter experimental, com custo de R\$ 140 por aluno ao mês. A gestão é feita por entidades sociais, e não pelo governo, e os professores recebem bônus de produtividade.

Em um bairro de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, as verbas federais e estaduais foram redirecionadas e espaços pouco utilizados da comunidade viraram sala de aula. Com um acréscimo de apenas R\$ 12 mensais, um aluno pode ficar em alguma atividade, dentro ou fora da escola, desde a manhã até o fim da tarde.

Em Sertãozinho, no interior paulista, primeiro lugar do ranking estadual da educação, cada aluno sai por R\$ 150 mensais, também beneficiado por um tipo de ensino integral.

No estado de São Paulo, aliás, o governo implementou, no primeiro semestre, o projeto Escola de Tempo Integral em 500 dos 5 mil colégios da rede. Os alunos da 1ª à 8ª série passaram a ter oito horas/aula por dia. Pela manhã, eles continuaram cursando as disciplinas regulares do currículo. À tarde, foram incluídas atividades como oficinas culturais, esportes, e reforço em matemática e leitura. Fazem parte do cardápio o almoço e dois lanches.

Até a universalização da proposição, que o governo do estado pretende atingir em quatro anos, precisam ser solucionados problemas como a superlotação nas escolas. Quando o projeto foi anunciado, 14,6% das classes de 1ª a 4ª série e 6,8% das de 5ª a 8ª na Grande São Paulo estavam acima do número de alunos por turma recomendado pela própria Secretaria de Educação.

Cieps e Ciacs foram pioneiros na proposta

O ensino em tempo integral, comum em muitos países, nunca vingou no Brasil. Mas já foi tentado em algumas ocasiões. Na primeira metade da década de 1990, por exemplo, dois polêmicos projetos com a mesma concepção básica foram implantados por governos estaduais e federal: os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) e os Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs).

Em ambos os projetos, o aluno era estimulado, por meio de atividades esportivas ou assistidas, a permanecer na escola em tempo integral para garantir melhor desempenho. O custo por aluno era o triplo do observado em uma escola convencional.

Os Cieps foram criados na primeira gestão do governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987), com o fim de oferecer educação integral à

criança. Os complexos escolares – projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer – incluíam gabinete médico e odontológico, bibliotecas, quadras de esporte e refeitório.

A proposta pedagógica, do educador e ex-senador Darcy Ribeiro, incluía a não-reprovação. Em vez de provas, os alunos passaram a ser avaliados por objetivos, que, se não alcançados em um ano, continuariam sendo trabalhados pelo professor no ano seguinte, sem reprovação do estudante. Era um sistema similar ao adotado na França.

Os Ciacs, com cerca de 4 mil m² de área construída, inspiraram-se no modelo dos Cieps. Tinham aproximadamente o mesmo custo (US\$ 1 milhão por unidade) e atendiam o mesmo número de crianças (750 a 1.000). Englobavam num mesmo espaço educação, saúde, cultura, esporte,

creche, capacitação profissional, proteção especial à criança e desenvolvimento comunitário.

O primeiro Ciac foi inaugurado em 1991 na Vila Paranoá, na periferia de Brasília. Quatro anos depois, as construções de novos Ciacs foram interrompidas. Mas ainda há centenas dessas escolas em funcionamento no país.

Criticados por alguns educadores, que os consideraram meramente promocionais, tanto os Cieps quanto os Ciacs foram, para muitos, uma verdadeira revolução no ensino. Em seu parecer sobre o projeto do turno de oito horas diárias, o senador Cristovam Buarque elogiou as tentativas já realizadas no país para a implantação do ensino em tempo integral, entre as quais os Cieps e as escolas-classe e escolas-parque, concebidas nos anos 1960 por Anísio Teixeira para a recém-fundada Brasília.

Impacto profundo

Veja o efeito que aumentos na escolaridade da população em idade escolar podem exercer sobre o desenvolvimento socioeconômico (projeção entre os anos de 2000 e 2025). Na primeira coluna, taxas de desenvolvimento previstas para o Brasil. Na segunda coluna, para efeito de comparação, as mesmas taxas na Coreia do Sul, país que investe pesadamente em educação. Na terceira, os incrementos que o Brasil obterá com o investimento de 1 ano a mais de educação.

	Brasil	Coreia do Sul	Investimento de 1 ano a mais de educação
Taxa média anual de crescimento da renda per capita (entre 2000 e 2025) - em ponto percentual	3,3	7,1	+0,35
Taxa média anual de crescimento do salário industrial (entre 2005 e 2015) - em ponto percentual	4,0	10	+0,85
Taxa média anual de crescimento das exportações (entre 2000 e 2015) - em ponto percentual	4,0	12,8	+0,70
Taxa de mortalidade infantil até cinco anos por 1.000/mulher (2025)	62	17	-11,8
Taxa de mortalidade infantil até cinco anos por 1.000/homem (2025)	75	24	-13,4
Expectativa de vida/mulher (2025) - em anos	69	73	+2
Expectativa de vida/homem (2025) - em anos	63	67	+2

Fonte: Ipea

COMISSÕES



Botelho preside reunião que aprovou, em decisão terminativa, programa de alimentação em escolas

Ensino noturno poderá ter merenda escolar

Os alunos do sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA) passarão a ter direito a refeições custeadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), conforme o Projeto de Lei do Senado 128/06, de Paulo Paim (PT-RS), que foi aprovado na terça-feira passada por unanimidade, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE).

A EJA é uma modalidade de ensino destinada aos que não puderam cursar ou concluir os ensinos fundamental ou médio na idade apropriada. Esses estudantes são – como lembra o relator do projeto, senador Cristovam Buarque (PDT-DF) – trabalhadores que se submetem a longas jornadas de trabalho e ainda “têm ânimo para buscar a escolarização, onde depositam suas reservas de perspectiva de mudança de vida”.

Paulo Paim assinalou que a Constituição assegura a extensão do ensino fundamental gratuito aos que não tiveram acesso a ele

na idade esperada. Por isso, considerou “lícito” interpretar que o Pnae viesse a beneficiar também os estudantes jovens e adultos do ensino fundamental.

– Após enfrentar uma dura jornada de trabalho, esses alunos dirigem-se às escolas e raramente encontram aí o apoio nutricional indispensável ao bom desempenho escolar – afirmou Paim.

Programa de estágios para adolescentes

A CE aprovou também parecer favorável ao PLS 161/04, do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que autoriza o governo federal a instituir – no âmbito da administração pública federal, autárquica e fundacional – o Programa de Apoio Social e Educacional ao Adolescente Carente, por meio do qual seriam oferecidos estágios a adolescentes matriculados na rede regular de ensino.

O senador Flávio Arns (PT-PR) propôs a Tuma a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para

onde segue a proposta, a fim de discutirem os resultados já alcançados por outras iniciativas de apoio aos jovens. Tuma concordou com a iniciativa. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou que órgãos como a Câmara dos Deputados e o Banco do Brasil já adotam sistemas de estágio para jovens carentes.

Foi ainda aprovado em decisão terminativa, por unanimidade, o PLS 236/06, do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que institui a data de 18 de agosto como o Dia Nacional do Campo Limpo. Nessa data, desde 2005, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias tem promovido o recebimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

A comissão decidiu ainda realizar audiência pública conjunta com a CAS sobre os 14 projetos em tramitação que tratam de estabelecer novas possibilidades de utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Em debate, a música como disciplina obrigatória

A inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar é o tema da audiência pública que contará com a participação do ministro da Educação, Fernando Haddad, às 10h desta quarta-feira, na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. A reunião será em conjunto com a Comissão de Educação (CE), à qual a subcomissão é vinculada.

O violonista Turbido Santos e o compositor João Guilherme Ripper, diretor da Sala Cecília Meireles – espaço destinado à apresentação de concertos no Rio de Janeiro –, também deverão participar, além dos professores Liane Hentschke, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

O requerimento para a realização da audiência, do senador

Roberto Saturnino (PT-RJ), foi aprovado na semana passada.

De acordo com Saturnino, a música é um fator impulsionador do desenvolvimento da educação no país e é preponderante para a formação da cidadania.

– Alguns estudos comprovam que a formação musical aprimora o aproveitamento escolar e a sensibilidade, não se restringindo apenas à formação cultural, mas ao desenvolvimento cognitivo como um todo – afirmou Saturnino.

Na CE, foi aprovado requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF) em que o senador pede audiência pública para discutir a política de ensino e formação na área do cinema e audiovisual nos cursos de comunicação. Ele lembra que, desde a década de 1970, cinema e vídeo são considerados habilitações, o que não condiz com as especificidades dessas áreas hoje em dia.

Paim volta a defender o ensino profissionalizante

Ao registrar sua participação na 1ª Conferência de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, e no 13º Seminário Internacional de Educação Tecnológica, em Novo Hamburgo (RS), o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do projeto de lei de sua autoria (PLS 274/03) que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional (Fundep).

Paim disse que o ensino técnico para o desenvolvimento social e econômico faz parte do projeto Cantando as Diferenças, criado por ele, que objetiva articular as instâncias do governo e da sociedade para a adoção de medidas de inclusão social, por meio dos estatutos do Idoso; da Igualdade Racial; da Pessoa com Deficiência; da Criança e do Adolescente; e do Fundep.

Mão Santa espera nova política educacional

Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a educação e o trabalho como “fortes instrumentos para se combater uma das maiores chagas do país, que é a violência”. Ele disse que o país precisa de uma nova política educacional, pois “mais de 20% dos jovens brasileiros não estudam e não trabalham”.

O senador se mostrou preocupado com o aumento da violência nas cidades, e destacou que o Brasil foi apontado em recente relatório da Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) como o campeão em homicídio de jovens por armas de fogo.

INTERNET

Azeredo quer manter projeto sobre crimes cibernéticos

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu, na terça-feira passada, a aprovação, sem alterações, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do seu substitutivo aos projetos que tipificam crimes cibernéticos. Ele observou, no entanto, que está disposto a discutir a proposta.

Azeredo disse que o projeto é muito mais amplo do que apenas a exigência de cadastramento do usuário, proposta que vem causando polêmica na imprensa. Ele discutiu o assunto no seminário Liberdade de Acesso à Internet e Combate ao Crime Cibernético, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Para o senador, a exigência de cadastramento no momento em

que um usuário contrata o serviço de um provedor de acesso pode até ser uma medida controversa, mas está em sintonia com a tendência mundial. A determinação faz parte da convenção de Budapeste, assinada por 43 países, entre eles Estados Unidos, Canadá e Dinamarca.

O parlamentar argumentou que a retirada dos dois artigos do substitutivo (20 e 21) que tratam do cadastramento de usuários traria prejuízos para eventuais investigações, que só conseguiriam chegar ao IP (endereço do computador na rede), mas não ao usuário responsável pela conexão. De acordo com Azeredo, a retirada da exigência de cadastro pode ser prejudicial aos próprios usuários, uma vez que deixaria a internet menos segura.

Ele afirma que é natural que haja cada vez mais restrições e limitações na internet em geral, conforme já vem ocorrendo com os acessos bancários que cada vez exigem mais senhas e impõem mais limites aos internautas.

Cadastramento de usuários é polêmica

O senador espera que o substitutivo seja votado ainda este ano. O projeto em questão foi retirado da pauta da CCJ no último dia 8 e agora deve ser discutido em audiências públicas. O substitutivo abarca três projetos sobre o tema



Retirada da exigência de cadastro prejudicaria investigações, diz Azeredo (C)

dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e do deputado Luiz Piauhyllino (PDT-PE).

Outro participante do encontro, o consultor jurídico e especialista em Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara, considera importante a aprovação do substitutivo de Azeredo, mas fez críticas à obrigatoriedade de identificação do internauta. Segundo Bechara,

essa obrigatoriedade atinge a todos os usuários indiscriminadamente e responsabiliza criminalmente os provedores por eventuais falhas, o que pode levar muitos a fecharem suas portas. Ele observou ainda que o aumento da burocracia para acessar a rede pode diminuir a inclusão digital. O especialista sugeriu que essa determinação seja retirada do projeto e melhor discutida.

INVESTIGAÇÃO Colegiado pode votar relatório de Jefferson Péres e voto em separado na próxima quinta-feira

Conselho de Ética retoma processos

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar marcou para quinta-feira uma reunião para votar o relatório que pede a cassação do mandato do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e para a apresentação dos relatórios nos processos disciplinares contra os senadores Serys Slhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES). Os três são investigados porque tiveram os nomes citados no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por conduta incompatível com o decoro parlamentar.

No entendimento dos membros da CPI, há indícios ou provas de participação dos três parlamentares na chamada máfia das ambulâncias, esquema de fraudes criado com o objetivo de utilizar irregularmente recursos do Orçamento da União para a compra, por municípios, de ambulâncias superfaturadas.

A votação do relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que solicita a cassação do mandato de Suassuna está marcada para as 14h, quando deverá ser analisado também o

voto em separado apresentado pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), sugerindo que seja aplicada somente uma pena de censura verbal ao parlamentar pela Paraíba.

Relatório sobre o caso de Magno Malta

Já a apresentação do relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO) relativo ao processo disciplinar contra Magno Malta está marcada para as 12h, também na quinta-feira. Antes, na terça-feira, às 10h, o Conselho de Ética realizará outra reunião para concluir a última fase de investigação desse caso: a defesa de Malta perante o colegiado.

Até a quinta-feira, Demostenes espera obter os últimos documentos que faltam para concluir o seu relatório. Um deles é a cópia de um cheque que Luiz Antônio Vedoin, dono da Planam, empresa apontada como organizadora da máfia das ambulâncias, alega ter emitido pela compra de um veículo utilitário que teria sido dado de presente a Malta. O carro seria o



Demostenes (E), Jefferson Péres e João Alberto Souza: reunião decisiva da CPI marcada para quinta

pagamento ao senador pelo PL para que apresentasse emendas ao Orçamento destinadas a beneficiar o esquema de fraudes.

Processo de Serys é o primeiro da pauta

O relatório do senador Paulo Octávio (PFL-DF) referente ao processo disciplinar contra a senadora Serys será o primeiro item da pauta do Conselho de Ética na

quinta-feira. O documento deve ser lido às 10 h.

Regimentalmente, não existe exigência de quórum para a apresentação de relatório no Conselho de Ética, mas para a votação é necessária a presença de pelo menos oito dos 15 membros do colegiado. Havendo número regimental na quinta-feira, os parlamentares poderão optar por votar também os relatórios dos

processos contra Serys e Malta, caso não haja pedido de vista de nenhum membro do colegiado.

O Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado prevê quatro medidas disciplinares aplicáveis a senadores acusados de quebra de decoro parlamentar: advertência, censura (verbal ou escrita), perda temporária do exercício do mandato e perda definitiva de mandato.

CPI DOS SANGUESSUGAS



Para Amir Lando, comissão já cumpriu o objetivo de investigar envolvimento de parlamentares com a máfia das ambulâncias

Lando defende fim dos trabalhos da CPI até 15 de dezembro

O relator da CPI dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), defendeu na terça-feira o encerramento dos trabalhos da comissão até o dia 15 de dezembro. Ele disse acreditar que a comissão já cumpriu seu objetivo principal, que era a responsabilização de parlamentares envolvidos com o esquema montado para vender a prefeituras ambulâncias superfaturadas usando recursos de emendas ao Orçamento da União.

O relatório parcial, aprovado em 10 de agosto, apontou provas ou indícios contra 69 deputados e três senadores, que tiveram seus nomes enviados para o Conselho de Ética de suas respectivas casas do Congresso.

Segundo Amir Lando, o relatório final poderá eventualmente apontar mais alguma participação no esquema de fraudes e manter a linha "propositiva",

de forma que o Congresso possa utilizar sugestões para aprimorar a tramitação do Orçamento.

Com relação à idéia da prorrogação dos trabalhos até meados de janeiro de 2007, feita pelos partidos PPS, PV e PSOL, com o objetivo de investigar a participação de membros do Executivo e o escândalo do dossiê, o senador diz que são assuntos cuja operação deve se situar na esfera do Ministério Público e da Justiça, uma vez que não podem gerar nenhum julgamento político.

– Esses integrantes do Executivo eventualmente envolvidos pertencem ao passado e o caso do dossiê, embora correlato à CPI, é tema de disputa eleitoral que está sendo tratado pela Justiça Eleitoral e pela Justiça Federal. Além disso, isso já passou pelo crivo dos eleitores – afirmou o relator.

PV, PPS e PSOL vão tentar prorrogar

O vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), apresentou à Mesa da Câmara uma questão de ordem – extensiva ao Senado – indagando sobre a possibilidade de a comissão funcionar durante o recesso parlamentar de janeiro. Caso a resposta seja afirmativa, o PPS, juntamente com o PV e o PSOL, vai requerer a prorrogação por 30 dias dos trabalhos da CPI, que tem previsão para ser encerrada em meados de dezembro.

– Queremos evitar que a opinião pública se frustre com a falta de conclusão sobre a participação de membros do Executivo nas fraudes com ambulâncias e o escândalo do dossiê – explicou o deputado em entrevista coletiva na terça-feira.

A justificativa dele foi reforçada pelo deputado Fernando

Gabeira (PV-RJ) e pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

– É fundamental a prorrogação, a fim de que todos os maus elementos sejam punidos e fraudes não voltem a acontecer – afirmou Heloísa.

De acordo com Jungmann, a CPI foi levada a um “estado de coma induzido” pela falta de interesse dos integrantes da bancada governista e do restante da oposição em manter os trabalhos da comissão, que estaria quase inoperante.

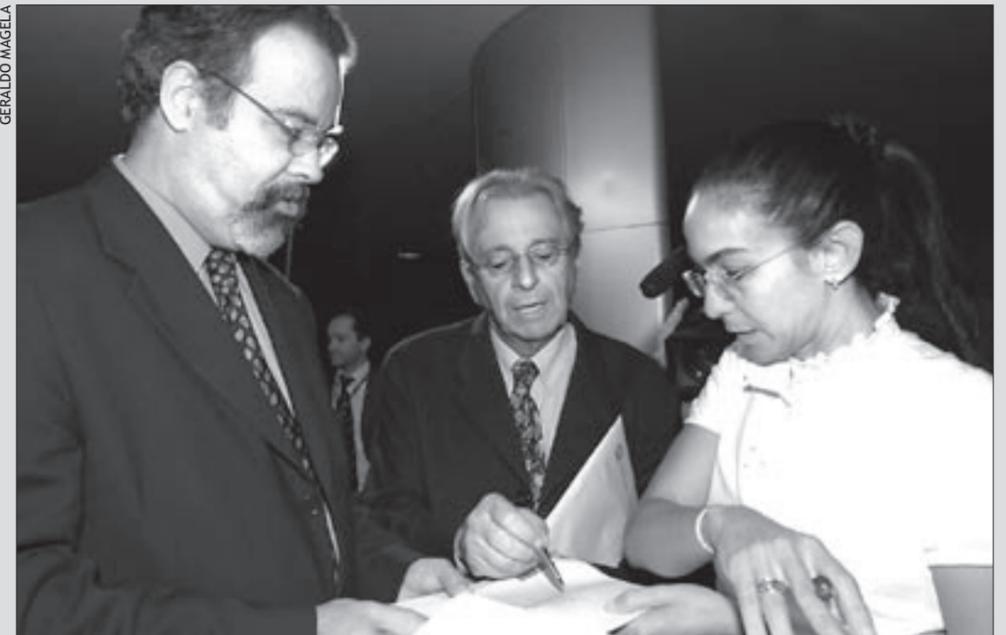
Na terça, por exemplo, teve de ser cancelada reunião administrativa – marcada para a votação de requerimentos como os de convocação do empresário Abel Pereira e de Hamilton Lacerda, ex-coordenador de campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, – em razão da ausência do pre-

sidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), e da falta de quórum.

– Não aceitaremos nenhum tipo de acordão ou operação abafa – advertiu Jungmann.

O deputado avisou ainda que pode impetrar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a comissão receba cópia de todos os documentos sobre os sanguessugas e o escândalo do dossiê em poder da Justiça e da Polícia Federal. Gabeira esteve em Cuiabá, onde corre o processo contra a máfia, e obteve cópias de mais alguns documentos, mas não encontrou novidade.

Nova reunião foi marcada para terça-feira, a partir das 10h, quando também serão ouvidos três dos envolvidos no caso do dossiê: Valdebran Padilha, Jorge Lorenzetti e Gedimar Passos.



Jungmann, Gabeira e Heloísa: pedido de mais tempo para evitar “frustração da opinião pública”

PLENÁRIO

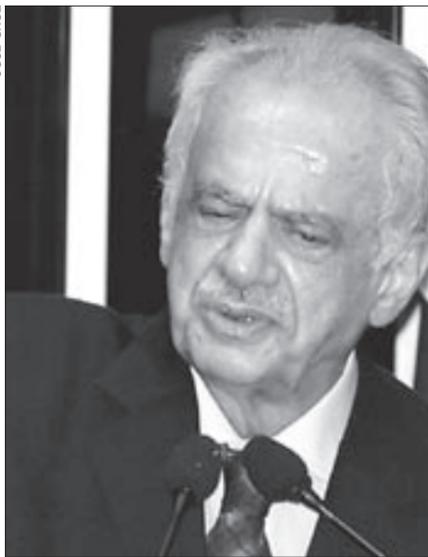
Simon destaca lição de coragem de Tebet

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) prestou, na sexta-feira, homenagem ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS) por estar “dando uma lição de coragem” ao lutar há mais de 20 anos contra um câncer. Para Simon, Tebet é uma das pessoas “mais corretas, mais dignas” que conheceu na vida pública, e sempre esteve presente nos momentos mais difíceis da Casa.

– Nunca houve um problema nesta Casa sem que Tebet procurasse ajudar.

Ramez Tebet, que presidiu o Senado Federal de 20 de setembro de 2001 a 31 de janeiro de 2003, completou 70 anos de idade no último dia 7. Seu estado de saúde é considerado crítico e ele está sendo cuidado em casa, na cidade de Campo Grande, junto a familiares e assessores.

Simon mencionou ocasião em que o parlamentar de Mato Grosso do Sul saiu do hospital e veio direto para Brasília, onde ocupou a tribuna do Senado e discursou, ainda que com dificuldade.



Simon: Ramez Tebet nunca teve vaidade e sempre foi uma pessoa afetuosa e pura

Ele destacou que Tebet nunca teve vaidade, além de ser uma pessoa afetuosa e pura. No final do pronunciamento, fez uma oração, pedindo que seja dado mais tempo de vida a Tebet. Para Simon, trata-se de uma vida importante para o país.

– Peço por ti [Tebet], que estejas vivo conosco, e peço a Deus que tenha misericórdia com o povo brasileiro – assinalou.

Na presidência da sessão, durante o discurso de Pedro Simon, o senador Paulo Paim (PT-RS) associou-se à homenagem e também pediu a Deus pela saúde de Ramez Tebet. Ao encerrar a sessão, logo depois, Paim fez elogios a Simon por seu discurso de solidariedade ao correligionário.

– Estou comovido com a oração do senador Pedro Simon, com a autoridade que ele tem, falando de forma emocionada, manuseando o rosário numa verdadeira oração. Senador Ramez Tebet, o Brasil todo o está abraçando, está com o senhor, um beijo no coração – declarou Paulo Paim.

Mozarildo defende auditoria na Funasa

Ao manifestar preocupação com o aumento da incidência de dengue e malária no estado de Roraima, especialmente entre os índios ianomâmis, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu, em discurso na sexta-feira, uma auditoria nas contas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no estado. Ele está convicto da existência de desvio de dinheiro no órgão.

O senador apresentou à Mesa requerimento de informações, a ser encaminhado ao Ministério da Saúde, sobre a situação dos ianomâmis, uma vez que a própria Funasa admite que o número de doentes de malária quadruplicou

este ano, em relação a 2005, além do aumento da ocorrência de casos de dengue e tuberculose na região.

– A Funasa nega que exista epidemia, mas isso é um mero exercício semântico. Eu sei que há livros sobre os ianomâmis mostrando índios bonitos e saudáveis. Vá lá para ver como eles são raquíticos e desnutridos. Parece que foram isolados para morrer mais rápido e sem alarde – denunciou.

Mozarildo também comentou premiação obtida pelo Tribunal de Justiça de Roraima no 19º Congresso Nacional dos Magistrados, que se realizou em Curitiba até sábado, pela agilidade e eficiência



Mozarildo diz que ianomâmis estão raquíticos e desnutridos

do trabalho desenvolvido.

Para o senador, a premiação representa o reconhecimento de uma atuação cercada das dificuldades comuns aos que vivem na Amazônia, principalmente por se tratar de um dos tribunais mais novos do país, implantado em 1991.

Raupp anuncia emenda para redução gradual da alíquota da CPMF

Ao condenar a idéia de manter a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), anunciou na sexta-feira que vai apresentar proposta de emenda à Constituição para reduzir o tributo gradativamente, de 2008 a 2015. A redução seria dos atuais 0,38% para 0,08%, percentual cobrado para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. (veja mais na página 3)

– Não há razão para manter indefinidamente a alíquota do imposto no elevadíssimo nível em que se encontra, prejudicando a saúde econômica do Brasil. Não podemos manter o hábito de elevar a alíquota do tributo como saída fácil para compensar as crescentes necessidades fiscais.

Raupp disse que, num período de dificuldades, a CPMF contribuiu para o ajuste fiscal do Brasil, mas, agora, na sua avaliação, é hora de pensar na eficiência e na saúde econômica da nação, e não de aumentar impostos que “prejudicam nossos negócios e empregos”. Ele observou que “a CPMF não combina com competitividade econômica”.

Desastre ecológico no vale do rio dos Sinos emociona Paulo Paim

A mortandade de peixes no rio dos Sinos emocionou Paulo Paim (PT-RS), conforme relato que fez de sua visita a mais de 80 cidades gaúchas, durante a campanha eleitoral, em apoio à candidatura de Lula à reeleição e à de Olívio Dutra ao governo do Rio Grande do Sul. O desastre ambiental foi causado pela poluição industrial na região, onde estão instaladas principalmente empresas do setor calçadista.

– Se como homens temos a capacidade de assassinar um rio, também temos condições de salvá-lo, não com medidas punitivas, mas educativas. Não deixe morrer meu rio – destacou o senador, citando uma canção gaúcha.

Paim falou ainda de seu livro *O Rufar dos Tambores*, lançado no dia 11, na 52ª Feira do Livro de Porto Alegre, inclusive com edição em braile. A obra reúne suas memórias a partir da infância, salientando sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Ele informou que pretende fazer o lançamento do livro também em Brasília e em outros estados.

Flexa Ribeiro defende mais verbas para aviação

O contingenciamento de verbas pelo governo e a redução da previsão orçamentária podem comprometer a segurança da aviação no país, segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador lembrou que a verba prevista para o Programa de Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo no Orçamento de 2007 é de R\$ 489,1 milhões, menor que os recursos previstos para este ano (R\$ 531,7 milhões, dos quais apenas R\$ 285 milhões teriam sido repassados ao setor até o momento).

– Ao que tudo indica, apesar da crise, o governo não pretende reservar à segurança do tráfego aéreo nem um centavo a mais do que em 2006. Acho que o relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), vai fazer a correção necessária para incluir, com apoio da Comissão Mista de Orçamento e de parlamentares, os recursos necessários pra que o programa tenha eficácia – disse.

Para Flexa Ribeiro, foi necessário uma fatalidade como o acidente da Gol, ocorrido em 29 de setembro, “para que o governo desse mais atenção a uma área da mais alta importância, de cujo bom funcionamento dependem, diariamente, a segurança e a vida de milhares de pessoas. Está evidente que estamos diante de mais um caso de má avaliação do governo”.

Os recentes problemas enfrentados pelo sistema de tráfego aéreo brasileiro vão ser discutidos nesta terça-feira, às 10h, pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que realizam audiência pública conjunta. Estão convidados para a audiência o ministro da Defesa, Waldir Pires; o comandante da



Contingenciamento de verbas prejudica a segurança no setor aéreo, acusa Flexa Ribeiro

Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno; e o presidente da Infraero, José Carlos Pereira.

Crise havia sido prevista há três anos

Flexa Ribeiro destacou que a crise do setor aéreo já havia sido prevista em 2003 pelo ex-ministro da Defesa José Viegas Filho, em documento que estabelecia as diretrizes da política de aviação civil. Segundo o senador, Viegas assegurou que “o contingenciamento sistemático de recursos vem produzindo dificuldades ao Comando da Aeronáutica, pois são recursos tarifários, arrecadados e destinados por lei a um fim específico, comprometendo a execução orçamentária da Aeronáutica”.

– O texto é profético, incisivo e permanece, três anos depois, tristemente atual – comentou.

De acordo com o senador, o governo também não estaria repassando ao Fundo Aeronáutico o valor das taxas de embarque cobradas pelas companhias aéreas. Flexa Ribeiro também lamentou que a proposta de Aloizio Mercadante (PT-SP), de realização de amplo diálogo entre governo e oposição, só esteja sendo feita agora, e não logo que o PT assumiu o governo.

Turismo contribui para o progresso, destaca Serys

A importância da indústria do turismo para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil foi destacada por Serys Slhessarenko (PT-MT). A senadora lembrou que, no último dia 27, a Organização das Nações Unidas (ONU) comemorou o Dia Mundial do Turismo, em reconhecimento ao fato de que essa atividade é um dos principais meios de levar progresso, desenvolvimento e riqueza às nações mais pobres.

– Ano após ano, aumenta o número de países que abandonam a lista das nações em desenvolvimento graças aos benefícios proporcionados pelo turismo – afirmou Serys.

A parlamentar assinalou que o governo do presidente Lula encontra-se “plenamente afinado” com esse entendimento da ONU, tanto que criou o Ministério do Turismo com o objetivo de priorizar a atividade turística como elemento

propulsor do desenvolvimento socioeconômico nacional. Serys citou dois programas desenvolvidos pelo órgão: o de Regionalização do Turismo, com o objetivo de incrementar o aproveitamento sustentável das riquezas ambientais, materiais e patrimoniais dos municípios do interior; e o Vai Brasil, que visa incentivar o turismo de brasileiros pelo país em períodos de baixa ocupação de hotéis, vãos e demais componentes da cadeia turística.

A senadora também registrou que, desde outubro, a Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, de Cuiabá, passou a disponibilizar, via internet, para todo o mundo, a sua programação. Serys disse que um dos melhores motivos para a luta em favor da reeleição do presidente Lula foi o de garantir que essas emissoras continuassem avançando, ampliando sua área de abrangência.

Voz do Leitor

REFORMA DO JUDICIÁRIO

“Sugiro que se faça uma reforma no Judiciário. Apesar do esforço concentrado das duas Casas (Senado e Câmara) pela aprovação da reforma, nossa Justiça continua deficitária quando não agiliza o pagamento de precatórios e ações de cobrança das dívidas da União, estados e municípios. Na grande maioria, os gestores públicos preferem cobrar imposto a pagar dívidas. O povo brasileiro exige que tal reforma seja empreendida.”

Cláudio de Andrade Silva, de Camutanga (PE)

CELULARES

“Solicito um projeto de lei que limite a um o número de celular para cada CPF. O excesso de números em nome de uma só pessoa abre espaço a fraudes.”

Ângela Ferreira da Silva, de Divinópolis (MG)

ALCOOLISMO

“O problema do alcoolismo no Brasil é seriíssimo. Todas as classes sociais são atingidas. Só não se faz fila para comprar bebida alcoólica porque em cada esquina tem um bar. Os efeitos são danosos para todos: doenças, acidentes, brigas. Vamos fazer alguma coisa pela saúde, para combater esse problema.”

Roberto W. de Oliveira, de Juiz de Fora (MG)

CORRUPÇÃO

“Sugiro um projeto de lei que afaste o político envolvido em corrupção do cargo e retire o salário dele. Caso seja comprovada a infração, que ele seja expulso da política definitivamente.”

Júlio Antônio Abinajm, de Praia Grande (SP)

REGISTRO PROFISSIONAL

“Solicito aos senadores empenho máximo na aprovação do Projeto de Lei do Senado 5/06 do senador Cristovam Buarque autorizando a concessão de registro profissional pelos conselhos regionais de Administração, como forma de reconhecimento, valorização destes profissionais e de novas oportunidades de atuação no mercado de trabalho.”

Fábio Alves Leão, de Rio Verde (GO)

IMPOSTO DE RENDA

“Sugiro uma redução na idade de cobrança do imposto de renda, de 65 para 60 anos, adequando-o assim ao Estatuto do Idoso.”

Aristides Souza Gomes, de Rio Pomba (MG)

EDUCAÇÃO

“Espero que o presidente Lula tenha a grandeza e a humildade de reconhecer a proposta do senador Cristovam Buarque, de defender a educação como principal via de transformação social, e passe a investir fortemente na educação, principalmente democratizando o acesso dos jovens de baixa renda às universidades.”

João José Santos Neves, de Adustina (BA)

ENERGIA ELÉTRICA

“Gostaria de manifestar meu repúdio ao horário de verão, que nos é imposto como se fôssemos culpados. Sugiro que, ao invés disso, faça-se uma campanha de conscientização sobre a necessidade de poupar energia, pois o povo brasileiro já provou que é capaz de economizar energia desde o tempo da ameaça de apagão.”

Sílvio Brandão Dias, de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

SEGUNDO MANDATO

Alexsandro Alves dos Santos, de Itapé (BA)

“Quais são as prioridades do governo Lula para o segundo mandato?”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) responde:

As prioridades do governo do presidente Lula nesse segundo mandato estarão focadas, sobretudo, no desenvolvimento, na expansão e na melhoria das oportunidades de uma educação de qualidade em todos os níveis, e na melhoria da distribuição da renda, com o objetivo de termos uma sociedade mais justa. Para isso é muito importante que sejam adotadas medidas que garantam um crescimento do país mais de acordo com o potencial da economia brasileira em relação aos resultados que observamos hoje. Temos atualmente um conjunto de indicadores macroeconômicos que mostram que a economia está numa situação propensa a termos um período prolongado de crescimento sustentado. É muito importante que seja dada toda a atenção não apenas às crianças e jovens, mas também aos adultos que não tiveram acesso a uma boa educação quando jovens. Ao lado dessas medidas, é crucial que possamos aperfeiçoar os instrumentos voltados para a efetiva erradicação da fome e da pobreza absoluta no Brasil. São instrumentos como o Bolsa Família, que devem ser aperfeiçoados para que se caminhe na direção de uma renda básica de cidadania. Enfim, nesse segundo mandato, meu caro Alexsandro, o governo Lula quer investir em medidas que abram os caminhos para que todos possam partilhar das riquezas da nação.



Agora é lei

Segurança alimentar

Para enfrentar a situação de 72 milhões de brasileiros que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE-2004), vivem em situação leve, moderada ou grave de insegurança alimentar está em vigor desde setembro a Lei 11.346/06 que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Por meio do novo sistema, o poder público e organizações da sociedade civil deverão implementar políticas e ações destinadas a assegurar o direito da população a uma alimentação adequada. Cabe ao Sisan ordenar as ações na área de alimentação e nutrição nos diferentes níveis. A iniciativa foi resultado das deliberações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004. O Sisan prevê ainda o monitoramento da situação nutricional da população e o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e de recursos humanos. Para executar o trabalho foi criada uma Câmara Interministerial, integrada por ministros de Estado e secretários responsáveis pelas pastas ligadas à consecução da segurança alimentar; por órgãos e entidades de segurança alimentar da União, estados, Distrito Federal e municípios; e por instituições privadas que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.

Frases

“Aqui [o Senado] é um espaço político que se move por prestígio político e atenção. Às vezes, um telefonema basta. Esperamos que no segundo mandato a relação com o Congresso seja diferenciada”

Ideli Salvatti, que cobrou do presidente Lula mudanças na forma de comunicação com a bancada do PT no Senado.

“Do governo que começou não falta mais ninguém. As razões para a saída dele são múltiplas, de corrupção a conflitos ideológicos”

José Agripino Maia, sobre o pedido de demissão feito pelo secretário do Núcleo de Assuntos Estratégicos do governo, Luiz Gushiken.

“Se, diante de tantos escândalos, não fomos capazes de convencer os eleitores de que era necessário buscar uma alternativa para o país, fomos incompetentes”

Alvaro Dias, ao afirmar que a oposição teria falhado na comunicação com o eleitor durante o processo eleitoral.

“É um ingrato. A imprensa não fez um décimo do que poderia ter feito em relação ao presidente Lula, porque se fizesse ele certamente não estaria neste posto. Quando os escândalos pulularam nesse país, a imprensa foi até bondosa”

Antonio Carlos Magalhães, criticando as queixas da imprensa feitas pelo presidente Lula durante visita à Venezuela.

“O presidente chamará o PMDB quando for o momento. Temos que aguardar. O PMDB não pode repetir o velho erro de pedir ministérios ou indicar A, B ou C”

Renan Calheiros, sobre a participação do partido no primeiro escalão do governo a partir de 2007.

“Deputados e senadores são acusados de negociar favores com o Executivo e correm o risco de ver paradas em suas bases obras que dependem das emendas se não votarem com o governo”

Mozarildo Cavalcanti, que pediu “critérios mais justos, isonômicos e impessoais” na liberação dos recursos para emendas parlamentares.

Foto da Semana

O senador Pedro Simon fez na sexta-feira uma oração em favor do senador Ramez Tebet, que luta contra um câncer e está sendo tratado em sua casa em Campo Grande. Para Simon, Tebet é uma das pessoas “mais corretas, mais dignas” que conheceu na vida pública e sempre esteve presente nos momentos mais difíceis do Senado. Ramez Tebet, de 70 anos, presidiu a Casa entre setembro de 2001 e dezembro de 2003



JOSÉ CRUZ

Rádio conta histórias da Estrada Real

Nas trilhas de Minas – Estradas coloniais brasileiras é o programa especial que a Rádio Senado apresenta nesta semana, de segunda a sexta-feira, às 8h e às 20h, e no sábado, às 10h, com reprise no domingo, às 17h. Três estradas foram percorridas pela equipe da rádio, que passou pelas cidades que surgiram em função da febre do ouro e ouviu muitas histórias, revelando agora os mistérios desses caminhos – conhecidos hoje como Estrada Real.

As primeiras descobertas, em Minas Gerais, datam do fim do século 17, e deram início a uma corrida do ouro, motivando a

coroa portuguesa a se apropriar de parte dessa riqueza. Para isso, a velha trilha aberta pelos índios foi transformada em uma estrada oficial, única via por onde Portugal autorizava o transporte das mercadorias. Ao longo desse trecho, conhecido por Caminho Velho, ou Caminho do Ouro, que liga Parati (RJ) a Vila Rica – atual Ouro Preto (MG) –, foram instalados postos para arrecadar os tributos sobre os minerais.

A estrada era perigosa e exigia 35 dias de percurso. Para reduzir o tempo da viagem, Garcia Paes Leme construiu, entre 1698 e 1711, a Estrada Nova, que ligava o interior de Minas à cidade do

ALCEBIADES MINIZ



Igreja situada na Estrada Real, entre Rio de Janeiro e Minas Gerais: febre do ouro abriu caminhos no século 17

Rio de Janeiro. Uma terceira trilha, o Caminho dos Diamantes, ligava Vila Rica a Arraial do Tijuco – atual Diamantina – construída em 1729, após a descoberta de diamantes na região do Serro Frio.

Já o *Conexão Senado*, nesta segunda-feira, às 12h, debate o projeto que modifica a Lei de Imprensa e aumenta a pena prevista para os crimes de difamação,

calúnia e injúria. No sábado, às 9h, o *Prosa e Verso* comenta dois livros de poesia de Carlos Drummond de Andrade: *Rosa do Povo* e *José*. Às 16h, também no sábado, o *Música do Brasil* apresenta Herivelto Martins na voz de Nelson Gonçalves.

Informações completas sobre a programação da Rádio Senado podem ser encontradas em www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

De “um amontoado de leis” até o Código Civil

Antes de ter seu próprio Código Civil, o direito civil brasileiro, segundo Melchiades Picanço, não passava de “um amontoado variável de leis, suprimindo, reparando e sustentando as Ordenações do Reino”. As iniciativas para elaboração do Código Civil nacional iniciaram-se em 1855. Somente quando Campos Sales assumiu a Presidência da República o assunto voltou à agenda. Em janeiro de 1899, o então ministro da Justiça, Epiácio Pessoa,



Clovis Bevilacqua foi promotor público na cidade maranhense de Alcântara

convidou Clovis Bevilacqua a redigir o código. Em novembro, o anteprojeto estava pronto e, com uma exposição de motivos, foi encaminhado à Câmara dos Deputados. O projeto foi objeto de extensas discussões e só se transformou em lei em 1º de janeiro de 1916.

“Manteve Bevilacqua, na defesa do anteprojeto, as maiores batalhas intelectuais para provar ser o seu trabalho o melhor que poderia fazer para atender

aos reclamos da nação”, registrou Melchiades Picanço. Quando aprovado, o Código Civil de 1916 foi considerado um dos melhores no mundo.

Bevilacqua foi promotor público de Alcântara, no Maranhão, deputado à Assembléia Constituinte do Ceará, professor de Filosofia e Direito Comparado da Faculdade de Direito do Recife. A obra do Senado é uma primeira edição do Código Civil de 1916.

BEVILAQUA, Clovis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil: comentado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916-1919. 6 v.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

SENADO

Sinal aberto da TV Senado em Salvador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugura em sessão especial no Plenário, nesta quarta-feira, às 18h, a transmissão da TV Senado por canal aberto para Salvador, que será a primeira capital, depois de Brasília, a receber a programação da emissora via UHF.

Em caráter experimental entre os dias 18 e 20 de novembro, o canal 53 da capital baiana vai transmitir uma programação especial, mostrando as cores, os sons, os ritmos e os sabores baianos, traduzidos em documentários, vinhetas, revista eletrônica e depoimentos de personalidades

loais.

O período escolhido para a estréia do canal em Salvador coincide com a Semana Nacional da Consciência Negra. Para comemorar, a emissora estréia o documentário *A Missa dos Quilombos*, espetáculo que mescla cantos, danças e representações e segue a estrutura de uma missa, apresentado pela primeira vez em 1981, na Praça do Carmo, no Recife (PE). A *Missa* denunciou as conseqüências da escravidão e do preconceito no Brasil, realizada há 25 anos no Recife, de autoria de dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, com música de Milton Nascimento.

Atualmente, o público de todo o país pode assistir a TV Senado por meio de TV a cabo, antenas parabólicas e por sinal aberto de UHF no Distrito Federal. O Ministério das Comunicações já autorizou 11 concessões de retransmissoras da TV Senado. As próximas capitais a receberem o sinal aberto da emissora serão Manaus (canal 23/UHF), Rio de Janeiro (canais 49 e 64/UHF), Recife (canal 17/UHF), Fortaleza (canal 43/UHF), Maceió (canal 35/UHF), Natal (canal 52/UHF), João Pessoa (canal 40/UHF), Goiânia (canal 21/UHF), Belém (canal 44/UHF), Cuiabá (canal 55/UHF) e Boa Vista (canal 13/VHF).

Seminário discute inclusão digital e uso da internet

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realiza nesta terça-feira, com o apoio do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – o seminário “Brasil, sociedade digital: os caminhos para a inclusão”. Haverá quatro painéis para discutir os temas Cidadania na rede; Cultura, entretenimento e educação; Comércio eletrônico e inclusão digital; e Tendências.

Durante o almoço, haverá o lançamento da série de TV *Comunidade Brasil, internet para todos*, com representantes do Canal Futura e do Interlegis. São 13 episódios sobre inclusão

digital transmitidos pelo Canal Futura, sete deles explicando o trabalho do Interlegis, um programa do Senado – em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – de modernização e integração do Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal, e de promoção de maior transparência e interação com a sociedade.

No seminário, também está previsto o lançamento do programa *Aprender a empreender* e do livro *Gestão de empresas na sociedade*, com os autores Marcos Cavalcanti e Carlos Nepomuceno.

O seminário acontecerá das 8h às 18h30, em Brasília.



ANAND RAO

O senador Paulo Paim (PT-RS) autografou, no último sábado, mais de 1.500 exemplares do seu novo livro, *O Rufar dos Tambores*, no estande do Senado instalado na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, na 52ª feira do livro daquela cidade. Paim também entregou exemplares da obra impressos no sistema braile para sete entidades que prestam apoio a portadores de deficiência visual.

Aconteceu no Senado

Pressa para garantir direitos da criança e do adolescente

Em 20 de novembro de 1989, 30 anos após a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança, oficializada como lei internacional em 1990. À exceção dos Estados Unidos e da Somália, o documento foi ratificado de imediato por 192 países, sendo considerado o instrumento de direitos humanos mais aceito da história.

O Brasil ratificou a convenção em abril de 1990 e, no mesmo mês, no dia 26, o Senado apro-

vou o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposto em 1989 e transformado em lei em julho. Alguns senadores ficaram insatisfeitos com a rapidez com que o assunto foi decidido.

O senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), frente ao iminente encerramento das discussões no Senado, manifestava sua esperança de que a Câmara dos Deputados modificasse o projeto nos artigos referentes à adoção, “que não é um assunto que possa ser tratado com certa rapidez”. E chamou a atenção do Plenário para o cuidado exigido

pelo ato de adotar: “Pelo que está escrito aqui nesta proposição, de repente pode um jovem de 21 anos adotar um de 18 anos”.

Para Fogaça, estatuto significou avanço

O então presidente da Casa, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), também fez questão de intervir na discussão, “para acentuar o caráter às vezes romântico da proposição”. Ao fazer restrição à possibilidade dada pelo estatuto de adoção de uma criança por uma pessoa de 21 anos, Carneiro enfatizou que,

se o país aprovasse a norma, estaria se antecipando “a todas as outras legislações do mundo”, o que deveria no mínimo ser visto como “uma curiosidade”.

Autor da proposta de novo Código do Menor, suplantada pela preferência dada ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Carneiro disse que as punições previstas eram exageradas e “nunca serão cumpridas”. “É preciso fazer uma lei para o Brasil e não para a Suécia”, frisou.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS), no encaminhamento da discussão sobre o projeto

no dia anterior à aprovação, registrou seu entusiasmo dizendo que “o estatuto inova, avança, representa um estágio superior no nosso sistema civilizatório”. Para ele, longe de ser uma declaração de princípios, o estatuto assegurava “um conjunto de instrumentos coercitivos, que visam a punição exemplar dos infratores”.

As ponderações dos senadores repercutiram em parte na Câmara dos Deputados, o que resultou na exigência de que o adotante tivesse no mínimo 16 anos a mais do que o adotado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Herança: direito assegurado por lei

Além de motivo de tristeza e dor, a morte ou o desaparecimento de alguém obriga os seus herdeiros a tomar providências legais.

No Brasil, o direito à herança está previsto na Constituição e garante direito fundamental do cidadão, cabendo aos herdeiros suceder o falecido nos seus direitos e obrigações.

Essa sucessão é regulada pelo Código Civil e ocorre apenas após a morte do autor da herança, não sendo admitida a discussão de

herança de pessoa viva.

Para os efeitos legais, para que a herança seja transmitida aos herdeiros imediatamente após a morte, é preciso detalhar a partilha e formalizar a transferência aos herdeiros por meio do inventário, que é a relação de todos os haveres (bens móveis, imóveis e créditos) e deveres (dívidas, obrigações) de uma pessoa falecida.

Veja nesta edição de *Especial Cidadania* como fazer para exercer o direito de herança.

Processo começa com o inventário

O cônjuge ou, na sua falta, a pessoa que estiver na posse e administração dos bens do falecido deve requerer o inventário e a partilha num prazo de 30 dias do falecimento, sob pena de multa. O primeiro passo é contratar um advogado, que deve apresentar o pedido ao juiz do lugar da última residência do falecido. Os honorários e as custas do processo variam em cada estado (veja a edição 147, de 6-11-2006), assim como o imposto sobre a herança.

O cônjuge ou companheiro, os herdeiros, o testamenteiro, a pessoa a quem o herdeiro cedeu os direitos da herança, o credor do herdeiro, o síndico da massa falida, se for o caso, o Ministério Público e a Fazenda Pública também podem requerer o inventário e a partilha.

Até que o juiz nomeie o inventariante, a administração da herança cabe ao cônjuge ou companheiro, se vivia com o falecido; ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens (se houver mais de um, ao mais velho); ao testamenteiro; ou a uma pessoa de confiança do juiz, no caso de falta das pessoas citadas ou de falta grave cometida por elas. O inventário termina com o "Formal de Partilha", aprovado pelo juiz e usado para transferir os bens para os nomes dos herdeiros, etapa em que há mais gastos, que variam de acordo com as taxas cobradas em cada estado.

Além do inventário solene, acompanhado pelo Ministério Público e usado quando há herdeiros incapazes ou quando a herança é maior que R\$ 300 mil, existem o inventário por arrolamento

sumário, aplicável quando todos os herdeiros são maiores e concordam com a partilha e a herança é menor que R\$ 300 mil; e o inventário por arrolamento comum, usado quando a herança é inferior a R\$ 20 mil. Se os herdeiros forem maiores e capazes, poderão fazer partilha amigável por escritura pública e termo nos autos do inventário, ou por documento particular, homologado pelo juiz. Se o falecido não tem bens a serem partilhados, basta que a família apresente um documento que comprove isso ao juiz.

Direitos como previdência social e privada e seguro de vida, e também saldo de salários, Fundo de Garantia, PIS/Pasep, pequenas aplicações financeiras, devolução de Imposto de Renda e de outros tributos, não precisam entrar no inventário. Os dependentes do falecido podem receber, segundo as regras de cada um.

Dicas: facilite e agilize a partilha

► Escolha com cuidado o advogado e negocie o preço - saiba mais na edição 139 do *Especial Cidadania*, de 11 de setembro de 2006.

► Relacione todos os bens - se faltar algum, o inventário pode ser anulado.

► Busque por todos os meios entrar em acordo com os outros co-herdeiros, senão o inventário pode demorar décadas.

► Filho em gestação também tem direito e o juiz deve ser informado da sua existência.

► O filho não reconhecido deve entrar primeiro com o processo de reconhecimento de paternidade e, em seguida, comunicar ao juiz a existência desse processo.

ANA VOLPE



Cartório da Vara de Família, em Brasília: custo para registro de testamento é diferente em cada estado

A lei regula distribuição de metade dos bens

A herança ou espólio é indivisível. Assim, até a partilha, os herdeiros não podem vender bens, mas podem ceder o seu direito, assegurando a preferência legal de compra aos co-herdeiros.

Cabe ao espólio o pagamento das dívidas do falecido. Se já foi feita a partilha, os herdeiros respondem pelas dívidas proporcionalmente ao que receberam.

A herança pode ser distribuída de duas formas: a legítima, em que é obedecido apenas o Código

Civil; e a testamentária, em que o autor da herança dispõe de até 50% dos seus bens particulares (os que, por lei, não precisam ser divididos com o cônjuge ou companheiro). Os outros 50% constituem a chamada herança legítima, obrigatoriamente distribuída entre os herdeiros necessários, que são os descendentes (filhos, netos e bisnetos), ascendentes (pais, avós, bisavós) e cônjuge do falecido, da forma determinada pelo Código Civil.

A meação compreende os bens pertencentes por lei ao cônjuge casado em regime de comunhão universal (50% do patrimônio total) ou de comunhão parcial de bens (50% do que foi adquirido na vigência do casamento), ou ainda a parte do companheiro (50% do que foi adquirido na vigência da união, exceto doações e heranças). A meação não constitui herança, e deve ser colocada à parte antes de se apurar o espólio a ser dividido.

Novo Código Civil: quem pode ser herdeiro

1. Herdeiros necessários: o cônjuge ou viúvo(a) - desde que casado em comunhão parcial de bens -, os descendentes e os ascendentes têm direito à herança em primeiro lugar, em partes iguais, pela ordem de proximidade do parentesco com o falecido e sem qualquer discriminação quanto à natureza da filiação. Se o cônjuge também for pai, mãe, avô ou avó dos descendentes do falecido, deve receber pelo menos 25% da herança. Caso os avós morram depois de falecido o pai, os filhos deste (netos) herdam a parte que caberia ao pai falecido, que deve ser dividida igualmente entre eles. Se, ao falecerem os avós, existirem somente netos, a herança será dividida entre eles em partes iguais.

2. Se não existirem descendentes, os pais e o cônjuge, independente do regime de casamento, herdam em partes iguais. Na falta dos pais, o cônjuge recebe 50% e os avós os outros 50%, em partes iguais para cada linha hereditária. Caso existam três avós, por exemplo, dois paternos e um materno, os paternos receberão 25% e o materno 25%.

3. Na falta de ascendentes ou descendentes, qualquer que seja o regime do casamento, o cônjuge recebe toda a herança. Ao cônjuge também é assegurado, independentemente do regime do casamento e da sua parte na herança, o direito de morar no imóvel residencial da família, desde que seja o único imóvel com essa destinação do

inventário. O cônjuge separado judicialmente ou divorciado não tem direito à herança.

4. O companheiro(a) será herdeiro(a) dos bens adquiridos na vigência da união, exceto heranças e doações recebidos pelo falecido, nas condições seguintes:

- a) se houver filhos comuns, divide com eles em partes iguais;
- b) se existirem apenas filhos do falecido, receberá a metade do que couber a cada um deles;
- c) não havendo filhos, terá direito a um terço, ficando o restante para os ascendentes;
- d) não havendo descendentes ou ascendentes, terá direito à totalidade da herança.

5. Não havendo cônjuge, descendentes ou ascendentes, são herdeiros os parentes colaterais, (os de até 4º grau: pela ordem, irmãos, sobrinhos, tios e primos). Os mais próximos excluem os remotos, exceto os sobrinhos, que têm o direito de representar os irmãos do falecido.

6. Caso não haja herdeiros, a herança vai para o município.

Não pode herdar ou receber legado:

► Autor, co-autor ou cúmplice de tentativa de homicídio ou de homicídio doloso contra o autor da herança, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

► Quem caluniou em juízo o autor da herança ou cometeu crime contra sua honra, ou a de seu cônjuge ou companheiro.

► Quem, por violência ou fraude, impediu o autor da herança de dispor livremente de seus bens.

A exclusão do herdeiro ou legatário deve ser solicitada ao juiz até quatro anos depois de aberta a sucessão. Os descendentes do herdeiro excluído têm direito à parte dele.

Fazer um testamento pode evitar brigas entre os herdeiros no futuro

Apenas os maiores de 16 anos e mentalmente saudáveis podem fazer testamento, lembrando que só se pode dispor de 50% dos bens particulares. Pedir a um advogado para redigi-lo pode diminuir o risco de impugnação.

Existem três tipos de testamento: o mais comum é o público, que é lido pelo tabelião na presença do testador e de duas testemunhas e transcrito no livro do cartório. Já o testamento cer-

rado não pode ser lido e é apenas lacrado e registrado pelo tabelião diante do testador e das duas testemunhas. Por último, o testamento particular, o menos seguro dos três, fica com o testador, sem ser levado ao tabelião.

O custo para registro varia de acordo com o estado e o testamento pode ser revogado da mesma forma que foi feito. Requerido o inventário, o testamento é aberto pelo juiz.

Saiba mais

Código Civil
www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Conselho Federal
SAS quadra 5, lote 1, bloco M
Brasília (DF) - CEP 70070-939
(61) 3316-9600
www.oab.org.br

Unidades regionais:
www.oab.org.br/seccionais.asp

Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR)
SRTVS quadra 701, lote 5, bloco A, salas 601/604
- Centro Empresarial Brasília
Brasília (DF) - CEP 70340-906
(61) 3323-1555
fax 3226-5073
www.anoreg.org.br